



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 037

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Professor Luizão
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 037

36ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Indicações 06

Requerimentos 07

Projetos de Lei 15

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Accorsi 18

Dep. Dobrandino da Silva 19

Dep. Reni Pereira 19

Dep. Elio Rusch 22

Dep. Edson Strapasson 24

Dep. Felipe Lucas 26

Grande Expediente:

Dep. Valdir Rossoni 26

Dep. Professor Luizão 28

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 20

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 25

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 30

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 31

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 33

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 34

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel 35

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 36

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 37

Requerimentos 46

Encerramento da Sessão 47

Transcrição 47

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 47

Diretoria Geral

Portarias 48

Ata de Comissão

Constituição e Justiça 50

DIÁRIO Nº 037**36ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE ABRIL DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Elton Welter, Nereu Moura e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Nishimori e Osmar Bertoldi (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 013/08

Curitiba, 16/04/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial até o valor de R\$ 10 milhões, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, visando a criação de projeto orçamentário para possibilitar a integralização de capital na Agência de Fomento S/A.

Tal procedimento prende-se ao fato de que a Agência de Fomento S/A, deve receber do Governo do Estado do Paraná montante estabelecido no Contrato de Gestão dos Ativos do Banco do Estado do Paraná, conforme dispõe a Lei Estadual nº 5515, de 15/02/67, tendo sido estabelecido no Decreto nº 692, de 25/04/07, que estes valores seriam revertidos em adiantamento para futuro aumento de capital da empresa.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o valor de R\$ 10 milhões, ao orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, para criação de projeto orçamentário objetivando a integralização de capital na Agência de Fomento S/A.

Art. 2º Servirão como recursos para os créditos de que trata o artigo 1º, quaisquer das formas previstas no artigo 43, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 014/08

Curitiba, 16/04/08.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n° 15750, de 27/12/07, que estimou receita e fixou despesa para o exercício financeiro de 2008.

A alteração pretendida justifica-se diante da constatação de que a denominação atual não indica a exata dimensão das atividades englobadas e envolvidas constante nos respectivos “Detalhamentos do Programa de Trabalho” indicado no Anexo III da mesma norma.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° O Anexo III da Lei n° 15750, de 27/12/07, no seu item B que indica o Detalhamento do Programa de Trabalho da Unidade - Recursos de todas as Fontes, relacionados à Secretaria de Estado da Saúde, Código 4760.10306141.861 - Aquisição e Controle de Compra do Leite das Crianças, passa a ter a seguinte especificação:

“...

B - Detalhamento do Programa de Trabalho das Unidades

- Recursos de Todas as Fontes

4700 Secretaria de Estado da Saúde 4760 Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE					
Programa de Trabalho					
		Recursos de todas as Fontes R\$ 1,00			
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Esp.	TOTAL
4760.10306141.861	RECUPERAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NUTRICIONAL DE CRIANÇAS, GESTANTES E NUTRIZES - Cooperar no alcance de padrões adequados de saúde e na sua manutenção por meio da complementação alimentar e nutricional de crianças, gestantes e nutrízes, mediante a aquisição e fornecimento de leite pasteurizado, integral ou padronizado com teor mínimo de 3% enriquecido com vitaminas A, D e Ferro quelato (PREMLX), destinado à distribuição gratuita pelo Programa aos beneficiários previamente cadastrados pelos Comitês Gestores Municipais, pertencentes a famílias cuja renda média <i>per capita</i> de até o limite de meio salário mínimo regional.		83.170.430	0	83.170.430

...

...(NR)”

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 015/08

Curitiba, 22/04/08.

Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa Assembléia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica.

Com a presente proposta, cumpre-se o disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e, igualmente, dá-se continuidade à política de correção de vencimentos e salários dos servidores públicos do Poder Executivo do Estado do Paraná, na esteira do que determina a Lei 15512, de 31/05/07, que instituiu a data de 1°

de maio para a revisão geral anual. Nesta lei, de forma específica, busca-se fazer a revisão para o ano de 2007/2008. A metodologia de aplicação desta revisão é a adoção de índice de correção de acordo com o previsto na Lei 15512 referente aos últimos 12 meses.

Para a fixação do percentual de reajuste foi adotado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no período compreendido entre os meses de maio de 2007 e abril de 2008, repetindo-se para o mês de abril de 2008 o índice de março do mesmo ano, totalizando 5% (cinco por cento), com arredondamento. A seguir os índices do período, mês a mês:

Mês/ano	Variação do IPCA (%)
Mai/07	0,28
Jun/07	0,28
Jul/07	0,24
Ago/07	0,47

Set/07	0,18
Out/07	0,30
Nov/07	0,38
Dez/07	0,74
Jan/08	0,54
Fev/08	0,49
Mar/08	0,48
Abr/08	0,48
Acumulado 12 meses	4,97

Serão abrangidos servidores da carreira de advogado, Auditor Fiscal - CRE, Delegado, Procurador, carreira de logística e gestão em ciência e tecnologia e carreira técnico - científica do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, carreira docente e técnica universitária das instituições de ensino superior - IEES, Polícia Militar - PMPR, quadro próprio da Polícia Civil - QPPC, quadro próprio dos Peritos Oficiais - QPPO, quadro próprio do Poder Executivo - QPPE, quadro próprio do Magistério - QPM, Agente de Assistência e Extensão - EMATER.

Também estão contemplados os contratos de regime especial - CRES, Paranaeducação, Convênios com APAEs, os cargos de provimento em comissão inclusive os de Secretário de Estado.

Como se trata de reajuste linear e geral, a demonstração de previsão de impactos mensais em folha de pagamento, de acordo com os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00 é a seguinte: o custo mensal da folha de pagamento do Poder Executivo, no mês de março de 2008, é de R\$ 529 milhões.

A aplicação do índice de 5% (cinco por cento) importará em um aumento de custo da ordem de R\$ 26,2 milhões/mês, tomando-se como base de cálculo os valores de tabela previstos no artigo 1º do anteprojeto, o que refletirá um impacto de 4,95% (quatro vírgula noventa e cinco por cento) sobre a folha total. Tal reajuste alcançará 235.029 (duzentos e trinta e cinco mil e vinte e nove) servidores ativos, inativos, pensionistas e todos aqueles que tenham vínculo regido por patamares salariais praticados pelo Poder Executivo do Estado do Paraná.

O aumento de despesa, decorrente da implantação da revisão geral, consta da previsão orçamentária de despesa de pessoal do Poder Executivo, sujeita à execução segundo comportamento da receita.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Paraná

**SECRETARIA DE ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
RH INFORMAÇÃO**

Informação 056/2008

O aumento de despesa decorrente da proposta de revisão geral anual representa 3,35% na previsão de despesas de pessoal para o exercício de 2008, 4,50% para 2010.

Em atendimento aos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, na estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, está sendo considerado:

Para 2008: cálculo do reajuste de maio a dezembro, incluindo 13º salário e terço de férias.

Para 2009 e 2010: cálculo do impacto no ano, também incluindo 13º salário e terço de férias.

Impacto anual em pessoal:

2008.....R\$ 236.804.825

2009.....R\$ 338.328.866

2010.....R\$ 338.328.866

É a informação.

Curitiba, 17/04/08.

SUZETE MATIAS DE FARIA

Gerente RH Informação

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica concedido o índice geral de 5% (cinco por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 1º A aplicação do índice do IPCA será relativa ao período acumulado do mês de maio de 2007 ao mês de abril de 2008, repetindo-se para o mês de abril de 2008, o índice de março do mesmo ano, com arredondamento.

§ 2º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 041/03.

§ 3º O disposto nesta lei aplica-se aos servidores ativos integrantes da carreira técnica de extensão rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, cargos de provimento em comissão, cargo de Secretário de Estado, contratos de regime especial - CRES, Paranaeducação e convênios com APAEs.

§ 4º O disposto nesta lei não se aplica às Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentário-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00, de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no ano anterior.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 089/08

SÚMULA:

Solicita a realização de estudos para inclusão do cultivo de seringueira nas chamadas reservas legais obrigatórias na região geológica do Arenito Caiuá.

Ao Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Diretor Presidente do IAP, Vitor Hugo Ribeiro Burko, para solicitar o seguinte:

Estudos para inclusão do cultivo de seringueira nas chamadas reservas legais obrigatórias na região geológica do Arenito Caiuá.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A região do noroeste paranaense, que há três décadas apresentava um quadro deveras preocupante quanto à sua demografia abalada pelo assoberbamento do êxodo populacional provocado pela erradicação do café cujas áreas de cultivo foram substituídas pelas pastagens, hoje, apresenta um panorama bastante animador.

A coragem, a persistência e a fortaleza dos seus moradores, virtudes aliadas à inteligência e à criatividade daquela gente, propiciaram a mudança daquele antes quase desértico panorama.

São centenas de granjas abastecendo frigoríficos já inseridos no mercado mundial, com destaque para a Mister Frango, da família Felipe de Paranaíba.

Em Loanda e cidades vizinhas, o fabrico de torneiras e registros acolhendo quase vinte por cento dos empregos de patrícios muitos dos quais, ontem sofridos bóias-frias.

Cianorte, que na década de 60-70 estava ameaçada de ser engolida por enorme voçoroca espantando moradores e investimentos, hoje pontifica no cenário nacional, como expoente da moda. Imponentes laranjais suprimindo indústrias de liquidação e o pontilhamento de indústrias de aproveitamento da mandioca dentre outras importantes e rentáveis atividades, todas geradoras de empregos e receitas. O visual no campo mostra diversos matizes.

Num canto, áreas cobertas por mangueirais, já noutro, grandes tapetes verdes formados por abacaxizais,

apontando Santa Izabel do Ivaí e Santa Mônica como os seus maiores plantadores em todo o sul brasileiro.

Mais além, hectares e hectares produzindo o coco, a manga, colocando Marilena no mapa da visitação dos interessados nessas culturas, além de grandes campos de acerola, colorindo a região de Cruzeiro do Oeste.

É o noroeste apontando a diversificação de atividades agroindustriais, como o caminho para um seguro desenvolvimento. É o noroeste encontrando na fruticultura, a vocação produtiva ensinada pelos seus primeiros habitantes, os nossos índios, que já batizaram o rio que corta a região, de rio Ivaí, o Rio das Frutas.

Há que se congratular-se também com os nosso condidadãos noroestinos pela nova mentalidade ecológica que galvaniza a todos.

Esse novo pensar, a todos induz a uma harmoniosa e respeitável convivência com a natureza, atendendo a proposta para a sua recuperação e preservação como a obediência à lei obrigatória das reservas naturais, a implantação das matas ciliares e contribuindo para a formação dos chamados corredores da biodiversidade.

Faço esse intróito, Sras. e Srs. Deputados e ilustres membros da Mesa que tenho a honra de compor, para respaldar o ofício a ser encaminhado ao Instituto Ambiental do Paraná, o nosso IAP, onde um grupo de técnicos se debruça na elaboração de estudos sobre formulação de nova política para o estabelecimento das reservas legais obrigatórias.

Pretendo através desse documento, sugerir atenção para a possibilidade de aumento de área para cultivo da seringueira - *Hevea brasiliensis* - como elemento de composição das reservas obrigatórias. Desnecessário reiterar a necessidade dos pequenos e médios agricultores quanto ao aproveitamento de cada metro quadrado dos seus minifúndios. Conquanto entendem e aceitam a preservação *in natura* de percentual arbóreo, pretendem-no também como gerador de renda sem que isso represente a ruptura do compromisso do homem com a sua devida responsabilidade ambiental.

Daí, nossa sugestão no sentido da verificação requerida. Saliente-se, como justificativa primeira, a faculdade da seringueira quanto à convivência com as mais diversas espécies da nossa silvicultura.

A seringueira não exige exclusividade de terreno para o seu desenvolvimento e à sua exploração, e democraticamente convive com as mais variadas formas de vida silvestre, como as nativas de cada região, capoeiras, etc, bastando para tanto, conforme estudos observar-se espaços maiores entre ruas.

É importante o aumento do plantio de seringueiras, pois o Brasil ainda compra anualmente cerca de 160 mil toneladas, sendo o segundo item que pesa negativamente na sua balança comercial.

Assinalam os economistas que a demanda interna aumenta e ainda periga a sua escassez.

Agrônomos, geólogos e outros cientistas e pesquisadores concordam que a seringueira ajuda importante-

mente no controle da erosão, na preservação dos mananciais, na proteção da flora, da fauna e dos corredores da biodiversidade, além da verificação do seu enorme potencial quanto à retenção do carbono.

O documento ora submetido à aprovação desta Casa de Leis, pretende, resumidamente, solicitar ao nosso IAP, estudos bastante acurados quanto ao aproveitamento da seringueira e o aumento da sua área de plantio, como elemento componente das reservas obrigatórias.

INDICAÇÃO Nº 090/08

SÚMULA:

Sugere a implantação de miniusina de biodiesel na região sudoeste do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Luiz Fernandes Litro se dirige a V. Exa. para expor e sugerir o seguinte:

I - a implantação de miniusina de biodiesel na região sudoeste do Paraná, no município de Dois Vizinhos;

II - o município de Dois Vizinhos conta com um *campus* da Universidade Tecnológica Federal - UTFPR, com as condições necessárias para que em sua unidade seja implantado esse projeto, pois dispõe de profissionais pesquisadores de áreas correlatas, parte da estrutura física e pode disponibilizar estrutura da fábrica de ração com potencial de produção de 3 toneladas e 40 toneladas de armazenamento de matéria-prima;

III - essa iniciativa será de grande importância para o desenvolvimento de novas tecnologias e aumentará, em muito, o potencial no crescimento local e regional.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3 e 5 constantes do Projeto de Lei nº 116/08, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento das votações constantes na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo nominado, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se instale a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia 30 de maio de 2008, no município de Maringá para que se realize a Sessão Solene de entrega do título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes, aprovado pela Lei nº 15666, publicada no Diário Oficial de nº 7589 de 31/10/07.

A cerimônia de entrega do título honorífico ocorrerá na Câmara Municipal de Maringá, às 16h do dia 30/05/08.

Deverão ser convidados à participação todos os membros desta Casa Legislativa além de membros da sociedade civil local, bem como os órgãos representativos das categorias profissionais afeitas às atividades do homenageado, além da participação das universidades e meios acadêmicos.

Requer-se, também, que o Cerimonial da Assembléia Legislativa providencie a organização da Sessão em Maringá, incluindo a confecção dos convites.

Julgamos de grande importância para a comunidade que se realize esta Sessão Solene na localidade para melhor destacarmos na comunidade local este título que ora se entrega.

Ainda, aproveitamos o ensejo para manifestarmos a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 802

Senhor Presidente:

Venho através do presente SOLICITAR seus préstimos no sentido de autorizar o uso do plenarinho para assembléia dos servidores estaduais do Poder Judiciário a ser realizada no dia 25/04/08, às 10h. Iniciativa do SINDIJUS/PR, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Sendo só para o momento, reitero a V. Sra. os meus elevados protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente da quinta-feira, 15/05/08, para uso da palavra de um representante das Centrais Sindicais do Paraná, sobre a redução da jornada de trabalho.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda o que segue:

- seja incluída, na proposta de mudanças na cobrança do ICMS, a ser efetivada pelo Governo do Estado, a redução de alíquota para o valor mínimo legal, referente ao consumo de energia elétrica dos hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais alterações propostas serão de fundamental importância aos hospitais filantrópicos e Santas Casas, que poderão administrar seus recursos de forma mais voltada aos gastos efetivos com saúde, desonerando-se em parte dos gastos administrativos que tanto oneram os hospitais.

REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja criada a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, com no mínimo cinco Parlamentares desta Casa comprometidos com os princípios definidos pelo Estatuto desta referida Frente Parlamentar.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(aa) TADEU VENERI, LUIZ EDUARDO CHEIDA, PÉRICLES DE MELLO, ROSANE FERREIRA, RENI PEREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, STEPHANES JÚNIOR E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

Resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva de uma globalização que torna mais e mais pessoas totalmente descartáveis para o funcionamento da máquina de produção e consumo. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como camelôs, flanelinhas, ambulantes, e tantos outros empreendimentos normalmente voltados à reprodução da vida e de caráter individual ou familiar.

Com a articulação de diversos atores, esta resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado: esta é a Economia Solidária, que vai se construindo e crescendo rapidamente. A Economia

Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Assim, nesta economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista.

Sendo assim é de fundamental importância que esta Casa de Leis a partir da constituição desta Frente Parlamentar acompanhe as inúmeras experiências da Economia Solidária que vem se espalhando pelo Paraná, e possa ser um espaço de apoio às entidades e movimentos que atuam neste empreendimento.

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Otavio Cordeiro Pinto, ocorrido no último dia 19 no município de Paula Freitas.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 95 anos de idade, faleceu no último dia 19/04/08, no município de Paula Freitas, o Sr. Otavio Cordeiro Pinto, que era viúvo da Sra. Antonia Bueno Pinto. Deixou 10 filhos, netos e bisnetos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes, amigos e; dentre os quais nos incluímos.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pinto, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Francisco José da Cunha Gebran.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta capital no dia 13 do corrente, o Dr. Francisco José da Cunha Gebran, aos 79 anos de idade, deixando viúva a Sra. Elcy com quem foi casado durante 55 anos, tendo 04 filhos e 08 netos.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná na turma de 1954. Nascido na cidade da Lapa ingressou muito cedo no serviço público. Começou a trabalhar na Rede Ferroviária Federal. Depois de formado em Direito, tornou-se Procurador da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde trabalhou até se aposentar.

Foi Juiz do Tribunal de Justiça Desportista. Era católico praticante, Ministro Extraordinário da Eucaristia na Igreja do Cristo Rei. Foi catequista no Colégio Santa Maria.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares do Dr. Francisco José da Cunha Gebran, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cunha Gebran, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrada para a posteridade, votos de profundo pesar pelo falecimento do empresário Edison Coelho Castilho.

Faleceu na manhã de hoje, em Maringá, 65 anos, vítima de insuficiência cardíaca. No final dos anos 70 ele foi sócio-proprietário de O Diário do Norte do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento de Julie Elen Brantes, uma adorável menina de 08 anos que lutava contra a leucemia alguns

anos, mais infelizmente deixa saudades aos seus familiares e amigos.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Mandaguari, Cylleneo Pessoa Pereira Júnior, e ao Presidente da Câmara, Vereador Romoaldo Pereira Velasco, em razão do 71º aniversário do município.

A comunidade mandaguariense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba pela comemoração, no próximo dia 29/04/08, de seus 237 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Miguel Jamur, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Everson Ambrósio Kravetz bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Guaratuba, radiante de alegria estará, no próximo dia 29/04/08, participando da comemoração alusiva aos seus 237 anos de sua fundação e, temos certeza, com grandes festividades. Assim sendo elevamos nosso pensamento a DEUS para que abençoe seus administradores e todos aqueles que têm colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do seu município.

Gostaria de enfatizar nesta oportunidade, a grande importância que o município detém, referendada em nossa lei maior.

O contato que o Prefeito, o Vice-Prefeito bem como os Vereadores exercem junto ao povo, as fazem destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, no transcurso do 237º aniversário de Guaratuba.

REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Quarto Centenário pela passagem, no próximo dia 29 de abril, do seu 12º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Krachinski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Genivaldo Goes bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quarto Centenário.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Orgulhosamente participamos da euforia que representa festejar o 12º aniversário da emancipação política do município de Quarto Centenário, transmitindo ao seu laborioso povo as nossa melhores felicitações pela grata efeméride.

Parabenizamos todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar novos horizontes através de um trabalho sério voltado aos interesses da população. Pois, o trabalho que vem sendo desenvolvido por sua administração, é essencial ao crescimento do município de Quarto Centenário.

O legítimo exercício das funções Legislativas e Executivas, repousa justamente no consentimento popular.

Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população é que, seus administradores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Polivalente, de Londrina. Fundado em 1976, tem como Diretora a professora Maria Elizabeth Penteriche e como Secretária a professora Tereza Rufino da Silva, contando com 69 professores e 30 funcionários administrativos que, com muito garra, idealismo, competência e amor ministram ensino de Primeiro Mundo para os seus 1.462 alunos. Quem consegue vaga para estudar no Polivalente pode se considerar privilegiado, pois muitos milhares de jovens batalham todos os anos na tentativa de obter uma vaga em tão respeitado estabelecimento de ensino. Sem nenhum exagero, em todas as áreas, desde o ensino fun-

damental, ao ensino médio profissional, com amplo destaque ao Curso Técnico em Segurança do Trabalho, o Colégio Polivalente está consagrado como escola padrão no Paraná, servindo de modelo para todo o país.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada à direção do colégio, com votos de permanente sucesso a todos os seus integrantes.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Marcelino Champagnat, de Londrina. Fundado em 14/02/67, é dirigido pelo respeitado professor Claudécir Almeida e Silva e Secretária a eminente professora Emília Hissami Takinami, dispõe de 70 professores e 40 funcionários que atendem 1.551 alunos. É louvável o trabalho desses profissionais na educação e formação dos alunos, pois é visível a competência, garra, idealismo e o amor com que eles desenvolvem sua nobre missão no ensino público.

Ressalte-se que milhares de jovens que estudaram no Champagnat chegaram aos bancos universitários e se projetaram como profissionais liberais, graças à preparação educacional que receberam nesse colégio.

É plenamente justificável o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis a todos que dedicam boa parte de sua vida ao Champagnat, preparando nossos jovens para o presente e para o futuro. A gratidão é extensiva aos que se aposentaram ou que já deixaram o nosso convívio e que também ajudaram a construir a bonita história do Champagnat, de Londrina.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada ao professor Claudécir Almeida da Silva, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Hugo Simas, de Londrina. Um dos mais antigos do norte do Paraná, foi fundado em 14/07/37, contando com 96 professores e 38 funcionários administrativos, é comandado pelo competente professor Fernando Munhoz Neri, secretariado pela eminente professora Margarethy Mitsue Omotto Vatanabe. A equipe, da mais alta qualificação profissional, trabalha com muita garra, idealismo e muito amor, oferecendo ensino de Primeiro Mundo aos

1.709 alunos. Quem consegue vaga para estudar no Hugo Simas, pode considerar-se privilegiado, pois é enorme a fila de interessados, sabedores do elevado nível do ensino ali ministrado.

Pode-se afirmar, sem exagero, que o Colégio Hugo Simas destaca-se hoje dentre os melhores do Brasil, justificando-se o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis a todos que compõem os quadros de direção, professores e funcionários de tão respeitado colégio.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada ao professor Fernando Munhoz Neri, com agradecimentos pela majestosa obra educacional que se ministra no Hugo Simas e votos de permanente sucesso.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Vicente Rijo, de Londrina. Fundado no dia 01/04/46, tem como Diretor o respeitado professor José Donizetti e como Secretária a ilustre professora Isabel Kasuko Araki Pavão. Cento e cinquenta professores e 49 funcionários formam uma fantástica equipe profissional que, com muita competência, garra, idealismo e amor, trabalham na educação de 3.061 alunos, fazendo do Vicente Rijo um dos melhores colégios do Paraná e do sul do país. Feliz do aluno que consegue vaga para estudar nesse colégio, responsável pela preparação de muitos milhares de alunos que chegaram aos bancos universitários e alcançaram grande projeção como profissionais liberais. Tornaram-se vencedores, graças ao elevado nível de educação que receberam dos professores e professoras do Vicente Rijo. Justifica-se, portanto, que esta Casa de Leis faça o reconhecimento público e registre nos Anais da história a homenagem à direção, professores e funcionários do Vicente Rijo, extensiva aos que se aposentaram ou já deixaram nosso convívio e que dedicaram boa parte de sua vida a esse tão consagrado colégio.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada ao professor José Donizetti, com votos de permanente sucesso ao Vicente Rijo, orgulho de Londrina e do Paraná.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Esta-

dual Antônio de Moraes Barros, de Londrina. Fundado em 11/09/70, é dirigido pela respeitada professora Sandra Aparecida da Silva e Secretária, a eminente professora Rosemara Rodrigues do Amaral, dispõe de 68 professores e 28 funcionários que atendem 1.047 alunos. É louvável o trabalho desses profissionais na educação e formação dos alunos, pois é visível a competência, garra, idealismo e o amor com que eles desenvolvem sua nobre missão no ensino público.

Ressalte-se que milhares de jovens que estudaram no Antônio de Moraes Barros chegaram aos bancos universitários e se projetaram como profissionais liberais, graças à preparação educacional que receberam nesse colégio.

É plenamente justificável o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis a todos que dedicam boa parte de sua vida ao Antônio de Moraes Barros, preparando nossos jovens para o presente e para o futuro. A gratidão é extensiva aos que se aposentaram ou que já deixaram o nosso convívio e que também ajudaram a construir a bonita história do Antônio de Moraes Barros, de Londrina.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada à professora Sandra Aparecida da Silva, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à direção da Rádio Gaúcha de Porto Alegre e ao radialista Pedro Ernesto Denardin, pelos 30 anos de sucesso do Programa Show dos Esportes, sendo desses, 24 anos sob seu comando.

Requer ainda, que seja confeccionado diploma para tal fim.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Professora Adélia Dionísia Barbosa, de Londrina.

Fundado em 26/01/89 e tendo como Diretora a professora Cleide Teixeira da Silva Polli, secretariada pelo professor Antonio Maximiano Filho, conta com 67 professores e 32 funcionários administrativos que, com muita garra, idealismo, competência e amor cuidam da educação de 1362 alunos do ensino médio regular.

Trata-se de um colégio respeitado pelo alto nível de ensino que ali é ministrado, daí justificar-se o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis a essa escola que serve de modelo para o Paraná.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada à Direção do colégio, com votos de permanente sucesso a todos os seus integrantes.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Albino F. Sanches, de Londrina.

Fundado em 12/10/88, é dirigido pela respeitada professora Lúcia Aparecida Cortez Martins, secretariada pelo eminente professor Evio Carlos de Siqueira, contando com 97 professores e 39 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 2021 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Lúcia Aparecida Cortez Martins, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Professora Cléia Godoy F. Silva, de Londrina.

Fundado em 07/12/84, é dirigido pela respeitada professora Joseane de Fátima Toncovitch Arakawa, secretariada pelo eminente professor Jean Carlos da Silva Ferraz, contando com 37 professores e 14 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 596 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Joseane de Fátima Toncovitch Arakawa, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 830

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Célia Moraes de Oliveira, de Londrina.

Fundado em 12/05/78, é dirigido pela respeitada professora Ana Felícia de Bittencourt, secretariada pela eminente professora Cilene Liane Almudi de Freitas, contando com 51 professores e 19 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 773 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Ana Felícia de Bittencourt, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Escola Estadual do Conjunto Habitacional Farid Libos, de Londrina.

Fundado em 02/11/96, é dirigida pela respeitada professora Márcia Cacilda Ribeiro, contando com 09 professores e 07 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 84 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Márcia Cacilda Ribeiro, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Ana Molina Garcia, de Londrina.

Fundado em 21/01/86, é dirigido pela respeitada professora Aracelle Palma Favaro Motta, secretariada pela eminente professora Adevanete Maria Monarin, con-

tando com 38 professores e 22 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 814 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Aracelle Palma Favaro Motta, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Professor Beahir E. Mendonça, de Londrina.

Fundado em outubro de 1978, é dirigido pela respeitada professora Sonia Maria de Souza Carraro, secretariada pela eminente professora Eloisa Aparecida Moura, contando com 39 professores e 16 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 643 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Sonia Maria de Souza Carraro, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Estadual Benedita R. Rezende, de Londrina.

Fundado em outubro de 1978, é dirigido pelo respeitado professor Kleber de Marchi, secretariado pela eminente professora Marlene Xavier dos Santos Sardo, contando com 43 professores e 15 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 531 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Kleber de Marchi, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Escola Municipal Padre Anchieta, de Londrina.

Fundada em 31/06/32 como Escola Alemã, depois em 1945 como Padre Anchieta, é dirigida pelo respeitado professor Elias Vilas Boas, supervisionado pelo eminente professor Milton Ferrer da Silva, contando com 22 professores e 07 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 386 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Elias Vilas Boas, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria do Rosário Castaldi, de Londrina.

Fundado em 14/07/78, é dirigido pela respeitada professora Sandra Meire Elvideira Piana, secretariada pela eminente professora Yayoko Murakami, contando com 84 professores e 33 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 1180 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Sandra Meire Elvideira Piana, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do duto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao tradicional Colégio Marista de Londrina.

Fundado no dia 01/01/55, dispõe de mais de 100 professores, diretos e indiretos, além de 70 funcionários, que atendem os cerca de 1.500 alunos. O Diretor, Irmão Marista Rafael Mendes Santos com a participação do Coordenador Administrativo, Aguiinaldo Cerconi Guerreiro, comanda uma fantástica equipe de profissionais dotados de notória competência e que trabalham com competência, garra, idealismo e muito amor cristão na preparação de nossos jovens para o presente e para o futuro profissional. Hoje, existem no Brasil e no exterior destacados profissionais liberais que receberam educação dos Irmãos Maristas. O ensino ali ministrado é, sem exagero, de primeiro mundo, consagrando o Colégio Marista de Londrina como um dos melhores do Brasil. Isso devemos a todos que dedicam boa parte de sua vida para que o Colégio esteja sempre em sintonia com a educação sadia do mundo moderno. Feliz quem já estudou ou ainda estuda em tão conceituado estabelecimento de ensino. São verdadeiros privilegiados.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Irmão Rafael Mendes Santos, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Ambiental Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., na pessoa de seu proprietário Sr. Juliano Moreira.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Juliano Moreira, aos 37 anos de idade é um jovem empreendedor de destaque no setor empresarial paranaense.

Atuando há mais de seis anos no setor de transformação e beneficiamento de polímeros, tem uma visão arrojada e de respeito à natureza, onde ano após ano, vem cumprindo seu papel em prol do meio ambiente, reciclando plásticos e polímeros, aliviando a natureza deste tipo avassalador e desenfreado de poluição, contribuindo na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 809

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Sr. Alexandre Lopes Kireeff, Presidente da Sociedade Rural do Paraná.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alexandre Lopes Kireeff, Presidente da Sociedade Rural do Paraná. em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento da atividade agropecuária no Paraná, incentivando e promovendo ações entre os associados e a comunidade.

Destacamos sua determinação e competência, promovendo a reestruturação da Exposição de Londrina, grandioso evento de repercussão no âmbito nacional e internacional.

REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Escola de Educação Especial Nilza Tartuce, pelos relevantes serviços prestados na área da educação especial.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Escola de Educação Especial Nilza Tartuce, pelos seus trabalhos em prol da educação especial, contribuindo sobremaneira para a qualidade do ensino especial em nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de Curitiba, na pessoa de seu Presidente Dr. Wilson José Andersen Ballão.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha Filial Curitiba comemora neste mês de abril 36 anos de atuação no Paraná. Sua fundação ocorreu no dia 04/04/72, com jurisdição sobre o estado paranaense, tendo como Diretor-Fundador, o Sr. Hans Maschke e o Sr. Wilmar Eppinger como Vice. Atualmente é dirigida pelo Presidente Dr. Wilson José Andersen Ballão.

Assim se deu a criação da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha em Curitiba, que por sua excelência é uma Câmara que fomenta o interesse de seus associados na economia de mercado, promovendo intercâmbio de investimento, comércio e serviços entre Ale-

manha e o Brasil e também a cooperação regional e global entre os blocos econômicos.

A Câmara é uma instituição de utilidade pública, financiando-se com recursos próprios. Buscando atender da melhor maneira as necessidades dos seus associados, a Câmara procura o crescimento e desenvolvimento constante dos seus servidores e colaboradores, visando atingir a excelência no trabalho que realiza.

Fortemente orientada para seus associados, a Câmara faz parte de uma organização mundial binacional presente em 80 países com 118 escritórios. Isso permite que os associados tenham acesso direto à comunidade econômica alemã no Brasil, para intermediar informações, negócios e trocar idéias com executivos das empresas associadas e com autoridades políticas e governamentais do Brasil e da Alemanha.

Nossos amplos serviços oferecem assessoria e consultoria especializada em todas as questões relativas ao dia-a-dia da empresa, no contexto do Brasil e da Alemanha, através dos nossos departamentos.

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. José Roberto da Silva, que pede, em nome dos moradores, a implantação de rede coletora de esgoto na rua em que reside.

A situação encontra-se crítica e os moradores estão sofrendo muito devido a falta do benefício, agravando-se ainda mais devido o rio Barigüi, existente nas proximidades, exalar um mau odor insuportável. O perigo de contração de doenças também tem preocupado muito os moradores.

Face o exposto, o Sr. José pede agilização no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Nerlei Medeiros, que pedem policiamento ostensivo no local, principalmente nos horários de entrada e saída das aulas, ou seja, 18h e 22h20, respectivamente.

Ocorre que existem gangues que promovem brigas constantemente, colocando em risco a vida dos alunos e funcionários da escola, bem como de toda a comunidade. A situação é crítica e os pais encontram-se muito apre-

sivos, motivo pelo qual pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do perfil de Fernando Lugo, recém-eleito Presidente do Paraguai, com envio de congratulações, desejando êxito à futura administração dos país vizinho e boas relações diplomáticas com o Brasil e demais países.

O ex-Bispo Fernando Lugo acaba de conquistar a Presidência do Paraguai, em disputado pleito que se realizou no último domingo no qual disputou com dois outros fortes postulantes, a governista Blanca Ovelar e o General reformado Lino Oviedo.

Trata-se de fato marcante para a história do vizinho país, que vive uma transição político-administrativa após 60 anos de domínio do Partido Colorado, podendo gerar reflexos nas relações com países da América Latina e em especial com o Brasil.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) EDGAR BUENO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 171/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município de Moreira Sales, comarca de Goioerê, estado do Paraná, localizado na avenida Brasileira, s/n, distrito de Paraná do Oeste, Moreira Sales, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município de Moreira Sales, comarca de Goioerê, estado do Paraná, portador do CNPJ nº 78.198.918/0001-84, fundado em 24/05/82, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de Goioerê.

O CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Moisés Barbosa da Silva, tem por finalidade atender todas as famílias carentes da comunidade. Essa comunidade é pequena, mas apresenta um índice relevante de famílias necessitadas. As crianças

aqui atendidas são geralmente filhos de domésticas, bóias-frias, cortadores de cana e também funcionários públicos municipais.

- a) Grupo de Música Coral;
- b) aulas de Informática para a comunidade;
- c) grupo de teatro;
- d) atividade educacional;
- e) atividade de alimentação;
- f) serviço: aula de Informática;
- g) serviço odontológico; e
- h) serviço médico.

O CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade Moisés Barbosa da Silva, do distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales, não tem fins lucrativos e não remunera os membros de sua Diretoria.

A documentação que instrui este projeto de lei encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 9694/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria em causa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço dessa associação que trabalham diurnamente em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 172/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina uma rodovia estadual, como Rodovia Cecílio do Rego Almeida.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a súbita perda do empresário Cecílio do Rego Almeida, que faleceu no último 22 de março, vítima de infarto, no Hospital Santa Cruz, em Curitiba/PR.

Cecílio Almeida era fundador e Presidente do Conselho de Administração do Grupo CR Almeida, que reúne mais de 30 empresas e atua nas áreas de construção pesada, concessão de rodovias e logística de transporte de química e explosivos.

Nasceu em 31/01/30, no município de Óbidos (PA). Veio para o Paraná aos 7 anos de idade, com os pais e irmãos. Começou a trabalhar aos 9 anos como biscate, vendendo sementes para lavradores, laranja e palmito. Aos 14 anos, prestou concurso para os Correios, onde começou a trabalhar como estafeta. Foi nos Correios, como operador da máquina Baudot, de cinco teclas, que adquiriu o hábito que levou até o fim da vida, de dedilhar a mesa durante reuniões de trabalho e conversas com os amigos.

Aos 16 anos, pediu para que seu pai, Raymundo Almeida, o emancipasse. Foi quando contraiu um empréstimo junto ao IPASE no valor de 5 contos para abrir uma loja de calçados. A partir de 1949, quando iniciou o curso de Engenharia, passou a dar aulas de Matemática durante o dia e a trabalhar nos Correios à noite. Em 1958, depois de trabalhar na empresa Lysimaco da Costa, a maior firma de Engenharia da época, fundou a firma Engenharia e Construções CR Almeida Ltda, em sociedade com seu irmão Félix. Treze anos depois, Almeida comprou a Lysimaco, segunda empresa a fazer parte do que hoje é o Grupo CR Almeida.

A CR Almeida nasceu construindo bueiros em beira de estradas e cresceu investindo no desenvolvimento do país. Almeida, que neste ano completaria 50 anos de Engenharia, sempre repetia um pensamento conhecido por todos os seus mais de três mil colaboradores direto: “Confiando neste país, joguei e ganhei. Quem jogou na crise brasileira, perdeu. Eu joguei no desenvolvimento.”

Na década de 70 o Grupo CR Almeida diversificou os seus negócios com a aquisição da Britanite Indústrias Químicas e a partir de 1997 passou a atuar também no ramo de concessões de rodovias, com a Ecorodovias S/A.

Cecílio Almeida deixou viúva Ângela Brandão Almeida e seis filhos: Ricardo, Denise, Roberto César, Guilherme e Marcelo - 21 netos: merecedor desta homenagem, pelo que peço o apoio dos nobres Parlamentares a este projeto de lei que dará o nome de Rodovia Cecílio do Rego Almeida a uma rodovia paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 173/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina uma rodovia estadual, como Rodovia Evangelino da Costa Neves.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a recente perda do saudoso Evangelino da Costa Neves, que nasceu no dia 09/11/25, em Santos-SP. Filho do português Ivo Maria das Neves, que desembarcou no Brasil em 1920, vindo de Coimbra, com a santista Laura Costa Martinez. Na cidade do litoral de São Paulo adquiriu o gosto pela bola torcendo pela Portuguesa Santista, em função da colônia lusitana, sempre ao lado do pai, no estádio Ulrico Mursa.

Após passar por Ilhéus/BA, e rapidamente por Porto Alegre-RS, chegou à Curitiba em 1944, então com 19 anos, onde ancorou sua vida e dedicou-se com afinco

às coisas do futebol, tanto no Coritiba Foot Ball Club, quanto na Federação Paranaense de Futebol, onde também contribuiu. No plano pessoal, destaque também para o casamento com Dona Walkyria, dia 07/12/50, união que durou até 1998, quando a grande companheira do ex-Presidente alviverde faleceu. Teve três filhos: Fernando, Evangelina e Elizabeth.

PROJETO DE LEI Nº 174/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do estado do Paraná, o Festival Lupaluna.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa inserir o Festival Lupaluna no Calendário Turístico do estado do Paraná, ante o estrondoso sucesso do referido festival, Curitiba deve entrar de vez para o circuito nacional de megaeventos que reúnem música e entretenimento.

O Lupaluna, festival que foi realizado nos dias 12 e 13 de abril e que marcou a entrada da RPC no segmento cultural. Investir nessa área é um desejo antigo do grupo e o Lupaluna é a oportunidade ideal. A RPC já provou ser um referencial em jornalismo e agora mostra excelência em outros conteúdos.

Portanto a inclusão deste evento no calendário é facilmente constatável, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 175/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam assegurados, na Rede Pública estadual de Saúde, aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos - além do atendimento emergencial prioritário - a realização de consultas e exames médicos dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias, contados da data do agendamento.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita os infratores às penalidades previstas no Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10741, de 01/10/03).

Art. 3º É obrigatória a afixação de cópia do comando legal contido no artigo 1º da presente lei em local visível ao público, nas dependências de todas as unidades de atendimento da rede pública estadual de Saúde.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa assegurar atendimento prioritário na rede pública estadual de Saúde aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e dá outras providências.

A proposta tem por base o Estatuto do Idoso (Lei nº 10741/03), que, em seu artigo 3º, garante prioridade ao idoso, assegurando-lhe atendimento preferencial imediato e individualizado nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

A matéria é louvável, pois assegura aos idosos um atendimento prioritário, garantindo a celeridade, visto que os idosos são os que mais sofrem com a espera por atendimento.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 176/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Programa de Prevenção do Câncer de Próstata, no âmbito do estado do Paraná.

Art. 2º O programa, de que trata esta lei, tem como objetivo promover campanhas para conscientizar da necessidade da realização de exames preventivos regulares do câncer de próstata.

Art. 3º O programa será aplicado nas unidades de Saúde do estado, entidades conveniadas ou em parcerias com parceria com os municípios do estado.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa criar o Programa de Prevenção do Câncer de Próstata, no âmbito do estado do Paraná.

O câncer de próstata é o tumor mais comum em homens com mais de 50 anos de idade, prevenir o aparecimento é diminuir as chances de que uma pessoa desenvolva essa doença.

O principal problema continua sendo a desinformação, em geral o brasileiro desconhece a importância da próstata. Esse desconhecimento faz com que cerca de

40% dos casos de câncer sejam diagnosticados em fase avançada, geralmente a partir de 60 anos, reduzindo as chances de cura.

O diagnóstico precoce é ainda a melhor forma de prevenção. Exames que avaliam o nível do PSA, antígeno prostático específico produzido pela glândula, devem ser feitos a casa um ou dois anos, dependendo da avaliação médica, a partir de 45 anos. Caso haja antecedentes na família, essa exigência cai para 40 anos.

Portanto a proposta apresentada é de grande interesse público, visando assegurar a todos os paranaenses da necessidade de realização do exame preventivo de câncer de próstata.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Accorsi.

Deputado Luiz Accorsi (PSDB)

O SR. LUIZ ACCORSI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e professores visitantes.

Hoje entro com uma indicação que solicita a realização de estudos para inclusão do cultivo de seringueira nas chamadas reservas legais obrigatórias na região geológica do Arenito Caiuá.

Tem como justificativa a região do extremo noroeste paranaense.

(Lê):

“A região do noroeste paranaense, que há três décadas apresentava um quadro deveras preocupante quanto à sua demografia abalada pelo asoerbaramento do êxodo populacional provocado pela erradicação do café cujas áreas de cultivo foram substituídas pelas pastagens, hoje apresenta um panorama bastante animador.

A coragem, a persistência e a fortaleza dos seus moradores, virtudes aliadas à inteligência e à criatividade daquela gente, propiciaram a mudança daquele, antes quase desértico panorama. São centenas de granjas abastecendo frigoríficos já inseridos no mercado mundial, com destaque para a Mister Frango, da família Felipe de Paranavaí.

Em Loanda e cidades vizinhas, as fábricas de torneiras e registros acolhendo quase 20% dos empregos de patrícios muitos dos quais, ontem sofridos bóias-frias. Cianorte, que nas décadas de 60 e 70 estava ameaçada de ser engolida por enorme voçoroca espantando moradores e investimentos, hoje pontifica no cenário nacional como expoente da moda.

Imponentes laranjais suprimindo indústrias de liquidação e o pontilhamento de indústrias de aproveita-

mento da mandioca dentre outras importantes e rentáveis atividades, todas geradoras de empregos e receitas. O visual no campo mostra diversas matizes.

Num canto, áreas cobertas por mangueirais; já noutro, grandes tapetes verdes formados por abacaxizais, apontando Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica como os seus maiores plantadores em todo o sul brasileiro. Mais além, hectares e hectares produzindo o coco, a manga, colocando Marilena no mapa da visitação dos interessados nessas culturas, além de grandes campos de acerola, colorindo a região de Cruzeiro do Oeste. É o noroeste apontando a diversificação de atividades agroindustriais, como o caminho para um seguro desenvolvimento. É o noroeste encontrando na fruticultura, a vocação produtiva ensinada pelos seus primeiros habitantes, os nossos índios, que já batizaram o rio que corta a região, de rio Ivaí, o Rio das Frutas.

Há que se congratular também com os nossos concidadãos noroestinos pela nova mentalidade ecológica que galvaniza a todos.

Esse novo pensar, a todos induz a uma harmoniosa e respeitável convivência com a natureza, atendendo a propostas para a recuperação e preservação como a obediência à lei obrigatória das reservas naturais, a implantação das matas ciliares e contribuindo para a formação dos chamados corredores da biodiversidade.

Faço esse intróito, Sras. e Srs. Deputados e ilustres membros da Mesa que tenho a honra de compor, para respaldar o ofício a ser encaminhado ao Instituto Ambiental do Paraná, o nosso IAP, onde um grupo de técnicos se debruça na elaboração de estudos sobre formulação de nova política para o estabelecimento das reservas legais obrigatórias.

Pretendo através desse documento, sugerir atenção para a possibilidade de aumento de área para cultivo da seringueira - *Hevea brasiliensis* - como elemento de composição das reservas obrigatórias. Desnecessário reiterar a necessidade dos pequenos e médios agricultores quanto ao aproveitamento de cada metro quadrado dos seus minifúndios.

Conquanto entendem e aceitam a preservação *in natura* de percentual arbóreo, pretendem-no também como gerador de renda sem que isso represente a ruptura do compromisso do homem com a sua devida responsabilidade ambiental.

Daí, nossa sugestão no sentido da verificação requerida. Saliente-se, como justificativa primeira, a faculdade da seringueira quanto à convivência com as mais diversas espécies da nossa silvicultura.

A seringueira não exige exclusividade de terreno para o seu desenvolvimento e à sua exploração, e democraticamente convive com as mais variadas formas de vida silvestre, como as nativas de cada região, capoeiras, etc., bastando para tanto, conforme estudos, observar-se espaços maiores entre ruas.

É importante o aumento do plantio de seringueiras, pois o Brasil ainda compra anualmente cerca de 160 mil

toneladas, sendo o segundo item que pesa negativamente na sua balança comercial.

Assinalam os economistas que a demanda interna aumenta e ainda periga a sua escassez.

Agrônomos, geólogos e outros cientistas e pesquisadores concordam que a seringueira ajuda importante-mente no controle da erosão, na preservação dos mananciais, na proteção da flora, da fauna e dos corredores da biodiversidade, além da verificação do seu enorme potencial quanto à retenção do carbono.

O documento ora submetido à aprovação desta Casa de Leis, pretende, resumidamente, solicitar ao nosso IAP, estudos bastante acurados quanto ao aproveitamento da seringueira e o aumento da sua área de plantio, como elemento componente das reservas obrigatórias.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, e o comentário que faço é com relação a um dos últimos acontecimentos que acho da maior relevância aqui na América do Sul, que é a mudança de regime do Paraguai, ou seja, a eleição do candidato de Oposição no país vizinho, Paraguai.

Acompanhei, aqui na Casa, com muita atenção, os mais diversos comentários que se fazia com relação ao candidato de Oposição que ora estava na frente. Diziam que era um risco para o Brasil e posso falar como conhecedor das causas do Paraguai, Sr. Presidente, Srs. Deputados, morando na fronteira do Paraguai há mais de 40 anos, conhecendo e muito, já passei lá pelo Paraguai, transitei bastante pelo Paraguai esses anos todos, conheço bem a situação do Paraguai. Após a eleição, comentaram na imprensa o que aconteceria, agora, e eu dizia: olha, o que vai acontecer daqui para frente não sei. Agora, o que não vai acontecer mais eu já sei, que é a corrupção, a miséria, a pobreza. Com certeza isso irá acabar.

Assistindo agora, dias após a eleição, a declaração do Presidente eleito, ele está fazendo exatamente o que qualquer governante responsável faria: defendendo seu povo. Um governante que não defende os interesses do seu povo, claro, não pode ser um governante sério. Ele pede um reajuste, uma revisão da tarifa de energia do Paraguai e com razão. Com certeza, o recurso que a Itaipu paga e o Paraguai recebe ninguém sabe onde é empregado. Com certeza, não chega ao destino certo, que era atender o interesse do povo do Paraguai.

A miséria no Paraguai, Sr. Presidente, é muito grande, a pobreza é muito grande, a corrupção é enorme,

plantação de maconha no Paraguai, arma contrabandeada vinda do Paraguai e assim por diante.

Quero crer, Deputados, que a eleição do Paraguai interessa não apenas ao Paraguai e nem ao Paraná, mas sim ao Brasil. Interessa e tem uma influência muito grande por este Brasil afora, porque seja pelo Paraná, seja pelo Mato Grosso, a influência que tem do tráfico que vem do Paraguai para o Brasil é muito grande. Imagino que foi um fato de uma relevância muito grande. É muito importante e temos certeza que a eleição do novo Presidente irá colocar a Casa em ordem. Já se vê pelas suas palavras que é um homem sério, uma pessoa de responsabilidade, um homem inteligente, um ex-Bispo da Igreja Católica. E com certeza convive há muitos anos com o povo paraguaio, sabe da miséria que campeia aquele povo e ele vê a possibilidade de promover o bem-estar daquela gente e promover, na verdade, uma evolução da população do Paraguai por recursos próprios que tem.

Então, quero dizer que fiquei muito satisfeito com essa mudança. O Partido Colorado que me desculpe, mas manda no Paraguai há mais de 60 anos e todos esses desmandos, principalmente da corrupção, só com a eleição, uma mudança como esta, uma guinada de 150 graus, com certeza vai mudar a vida dos paraguaios. Só podemos esperar uma melhora, com certeza, porque pior do que está não é possível que fique o Paraguai. Vejo com bons olhos e quero crer que nós brasileiros devemos nos vangloriar com isso.

A influência, o reflexo dessa mudança, Deputados, para o Brasil é muito grande. Sabemos o que se faz no comércio do Paraguai, de crime, com aquela população. Já falei isso esses dias, por exemplo, como é que não roubam carro aqui no Brasil e levam para a Argentina? A Argentina não aceita esse tipo de corrupção. E no Paraguai, infelizmente ocorreram nesses anos todos e foi lamentável. Mas, principalmente a pobreza aquela população, que foi pisoteada pelo regime que comandou o Paraguai por esses anos todos e que hoje vê a esperança no novo Governo.

Esperamos que Deus ilumine o novo Presidente, que possa promover a melhoria para aquela população do Paraguai que tanto esperou por tantos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Deputado Dobrandino, espero que esses 30% que V. Exa. não incluiu na mudança sejam coisas mínimas, não aquelas que efetivamente precisam mudar no Paraguai. E a alternância do Poder é sempre salutar em qualquer lugar. É bom porque oxigena a democracia.

Mas, Sr. Presidente, percebi hoje nos jornais do Paraná, a começar pela capa da Gazeta do Povo, do Correio Paranaense, de tantos outros jornais, uma matéria que foi certamente pela Agência Estadual de Notícias.

Subo aqui nesta tribuna até para não permitir que ocorra novamente o que ocorreu no final do ano passado em que o lobo vem com uma pele de cordeiro tentando dizer que quer causar justiça tributária e na verdade quer aumentar a arrecadação e a carga tributária. Vou ler uma das manchetes: “ICMS de alimento poderá cair 6% e assim também em relação ao vestuário”. Na última prestação de contas que tivemos aqui, os técnicos não gostaram da palavra que saiu no jornal - eu não havia falado, mas me somo ao jornal - “manobra”. Essa é mais uma manobra para iludir a população do Paraná e mentir que vai se fazer reforma tributária no Paraná. Vem aumento da carga tributária, a alíquota do IPVA no final do ano. Não aumentaram a alíquota do IPVA no ano passado, porque a Oposição, aquele painel contra o tarifaço, eles perceberam que tinham errado e perdido o prazo para mandar a mensagem. Ao contrário do que uma pessoa que muito admiro, Gilberto Amaral, afirma aqui que o Governo Requião alega que em nenhum momento da atual gestão houve uma política de aumento de imposto. Discordo. Houve, sim, aumento. Os paranaenses estão pagando 10% a mais de IPVA neste ano, que é imposto. Não houve uma diminuição do imposto, portanto, houve aumento.

Em relação à informação do aumento dos vestuários, explicar principalmente aos nossos visitantes, a imprensa que divulgou essa matéria, que o pobre infelizmente compra as suas roupas e alimentos em pequeno supermercado, na lojinha, na microempresa. Essas empresas, o grande comércio varejista do Paraná está incluído como pequena empresa no Super Simples. Eles não pagam alíquota normal de 18 ou 12% como essa anunciada reforma tributária no Paraná. Quem para alíquota normal de ICMS são as grandes redes de grife, os ricos que vão aos shoppings e compram, são aquelas empresas que ultrapassam R\$ 150 mil de venda, por mês. Porque o pobre compra fiado na mercearia e via de regra essas empresas não pagam 18%, elas pagam a taxa do Simples. Então, para efeitos práticos, não teríamos problema nenhum em alterar a alíquota de 18 para 12. Se beneficiasse alguém, iria beneficiar uma dúzia de ricos, que compram em grandes lojas ou em grandes redes de supermercados.

Há mais um porém, no passado o Governo adotou uma medida, que elogiei, para preservar os atacadistas do estado do Paraná, diminuindo a carga tributária dos atacadista do estado do Paraná. Diminui um bom percentual do ICMS. Qual é o efeito prático que teve isso na gôndola do supermercado? Nenhum. O Deputado Durval Amaral estava aqui agora há pouco e não se encontra, ele foi Diretor da Fazenda, na época do Secretário Luiz Carlos Hauhy. Essa idéia dele é espetacular, simplificar e não aumentar o ICMS, uma idéia que ele defende há anos. A

exemplo, Deputado Rossoni, no final do ano, vamos pegar uma boa idéia, vamos criar uma alíquota progressiva e baixar a carga tributária para os pobres. Mentira! Iam aumentar a arrecadação, aumentando a alíquota nas heranças maiores. Aqui é a mesma coisa, vão tirar do vestuário, dos alimentos, algo em torno de 252 milhões por ano. Aí vem a surpresa. Vão aumentar os preços administrados do combustível, da energia elétrica e das telecomunicações, como se o pobre do estado do Paraná que eles querem atingir com essa medida, não tem energia elétrica, não tem um telefone, não utiliza, mesmo que de maneira indireta, um transporte que usa combustível, como se o aumento da carga tributária no combustível não fosse, no final da cadeia, aumentar o custo dos produtos e, conseqüentemente, aumentar o preço dos produtos nos supermercados. E quem vai pagar por esta reforma tributária do Paraná será a população.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Então, quero deixar aqui, infelizmente o Líder do Governo não se encontra, mas queria dizer que me causa espanto quando o Secretário da Fazenda diz que ainda não foram feitos os cálculos para o aumento das alíquotas dos combustíveis, atualmente em 26%, e de energia e telecomunicações, ambas de 27%. Aposta na compensação foi definida por ele como intuitiva e segue os passos que já foram aplicados para as micro e pequenas empresas no estado. E afirma ele que é algo tão lógico que não precisamos de números para comprovar.

Pois bem, eu queria, Deputado Caíto, dar uma calculadorazinha destas aqui para o Secretário, sei que a intuição dele, e ele é um dos melhores que temos hoje em matéria tributária no Paraná, assim como o Deputado Luiz Carlos Hauhy, mas infelizmente o Secretário tem que se embasar em números, ele tem que fazer as contas, porque numa rápida continha que eu fiz aqui, se ele tirar 6% dos alimentos e do vestuários e aumentar 1% dos combustíveis, ele triplica o valor que abriu mão de 6% do vestuário. Quer dizer, vou deixar de arrecadar um e vou passar a arrecadar quatro. E mais, ele arrecada aquilo que já é retido na fonte, porque a energia e o ICMS dos combustíveis é retido pela distribuidora de petróleo. Então, é fácil assim é fácil fazer a reforma.

Agora a idéia do Deputado Hauhy era de simplificar e não de aumentar a carga tributária. E se para ele é tão lógico assim que haverá uma diminuição, ele pode mandar a qualquer tempo, porque você não pode, de um ano para o outro, aprovar qualquer medida tributária que aumenta. Agora, se é um presente que ele quer dar à população, ele pode mandar outro hoje e vai vigorar no mês de junho, Deputado Elio Rusch, porque beneficia à população. Se é tão benéfica à população, por que ele mesmo anuncia que só pode vigorar no ano que vem? Porque haverá aumento da carga tributária no Paraná. E nós estaremos aqui Deputado Elio Rusch, V. Exa., junta-

mente com a Deputada Cida Borghetti, os Deputados que assinaram, o meu Líder, Deputado Pastor Edson Praczyk, que assinamos aquele painel, estaremos aqui para demonstrar para o Paraná que, na verdade, o Governo quer aumentar a arrecadação e se perseguir essa idéia que foi anunciada pela Agência Estadual de Notícias, haverá sim aumento da carga tributária para os pobres do Paraná. Não é para os ricos. Mais uma vez eu reitero, o pobre tem energia elétrica dentro de casa, sim - vai aumentar o ICMS da energia elétrica - o pobre vai pagar a conta. O pobre vai pagar a conta do aumento do ICMS dos combustíveis também.

Então, não venham querer posar de bom menino para o Brasil, que tem uma Assembléia Legislativa no caminho.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço Deputado Reni Pereira. Quero parabenizar V. Exa. e desde o momento em que o Deputado Reni Pereira veio para a Assembléia Legislativa temos alguém na Casa que é profundo conhecedor da área tributária no estado, até pela sua profissão. Tanto nós, como o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, e tantos outros Deputados, conhecemos um pouco da área tributária, mas não somos especialistas, e V. Exa. é, tanto é que V. Exa. representou a Assembléia Legislativa em Brasília, na questão tributária.

Disse ontem aqui da tribuna, enalteci o Deputado Caíto Quintana pelo fato de ter enviado um requerimento, eu sei que esse assunto já foi discutido e V. Exa. conversou comigo após a Sessão de ontem que esta questão já foi discutida na UNALE, mais precisamente na capital gaúcha, na cidade de Porto Alegre, para que se retirasse essa imunidade tributária na exportação tanto de combustíveis como de energia elétrica. Os estados produzem e os estados consumidores alavancam sua economia, geram empregos, aumentam a sua renda através dos impostos e taxas porque eles são consumidores da energia e dos combustíveis que são produzidos nos estados produtores e quem produz nada recebe.

O estado do Paraná, por exemplo, já falamos aqui na tribuna, produzimos a energia elétrica de Itaipu, há questão de cinco, seis anos atrás eu sabia que 92% da energia elétrica produzida em Itaipu é exportada para outros estados e é tributada na ponta, no consumo e o estado nada recebe. Agora, nessa reforma tributária, V. Exa. tem participado e o Deputado Caíto Quintana tem recolhido assinaturas para que seja enviado um requerimento para o Congresso Nacional para que os estados produtores recebam, no mínimo, 2% do ICMS sobre a sua produção. Acho que é uma questão tributária, a mais justa e a mais correta, não suficiente porque acho que se tudo é tributado na produção, por que só a energia elétrica e os combustíveis não?

Quero parabenizar V. Exa. por levantar essa tese dessa aparente reforma tributária que quer se implantar no estado do Paraná com a impressão que se retira o ICMS de alguns produtos e tributa outros onde não tem forma de sonegar: no combustível, na telecomunicação e na energia elétrica não tem como sonegar impostos! Está taxado na conta. Não estou dizendo que os outros estão sonegando, em absoluto, agora quem paga efetivamente, o pobre, o pobre tem energia elétrica, o pobre tem telefone, tem carro também, o pobre também usa transporte coletivo e tudo isso vai refletir no preço final que o pobre acaba pagando.

Com toda certeza na hora que este projeto vier para a Assembléia haverá de dar uma discussão muito ampla.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Elio Rusch.

Gostaria de dar o aparte ao Deputado Rossoni, com certeza esse assunto vai gerar muito debate, mas me causou surpresa a maneira com que os jornais publicaram hoje. Estou aqui com a capa Gazeta do Povo, que o Paraná prepara corte de ICMS para roupas e alimentos. Não falaram de onde vai tirar este corte. É como eu falei: corta 252 milhões e aumenta quase 1 bilhão a arrecadação por outro lado. Todos os jornais publicaram a notícia que foi publicada pela metade.

Só quero aqui dizer que não sei se essa minha postura aqui dá ou não dá voto, mas é a postura que me comprometi, que fiz o juramento aqui no 1º e no 2º mandato, acho que é a postura dos Deputados. Não sou melhor do que ninguém, talvez eu conheça um pouquinho melhor esta área, compartilho com todos, inclusive como o Governo quando solicitado também, mas assim como me socorri ontem com o Deputado Rossoni e com V. Exa. na questão do porto, que eu também não entendia e fiquei para aprender um pouco com V. Exa., Deputado Elio Rusch. Acho que cada um aqui nesta Casa, os 54 podem fazer o seu papel.

Deputado Romanelli, infelizmente não pude lhe dar de presente essa calculadora para V. Exa. levar para o Secretário da Fazenda para fazer a matemática básica e dizer que quando fizemos estes questionamentos aqui, isto nada é mais do que o papel do Parlamentar, questionar, e pode contar com o meu apoio, Deputado Romanelli, para baixar imposto e inclusive para aumentar. Já fui Relator aqui para aumentar a multa quando atrasa o ICMS no estado do Paraná, porque entendia que era medida necessária porque muita gente estava pagando com precatório, como continua pagando.

Então, quando estado precisa, nós argumentamos tecnicamente. Agora, não vamos comer com farinha, Deputado Edson Strapasson, Presidente da Comissão de Finanças, esse tipo de notícia e de manchete: que se vai fazer um grande bem para o Paraná, quando na verdade é um presente de grego.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente o Deputado Elio Rusch, por cinco minutos.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos no dia de ontem em uma Audiência Pública no plenarinho da Assembléia Legislativa, que se estendeu até por volta das 22h, quando foi debatida a questão do porto de Paranaguá.

A questão no porto de Paranaguá, por diversos Deputados foi levantada aqui na Assembléia Legislativa. O Deputado Valdir Rossoni tem feito viagens, o Deputado Plauto Miró, enfim, tantos outros Deputados mais que já se manifestaram em relação ao porto de Paranaguá.

Ontem, tivemos a presença de dois Diretores, o Sr. Luiz Henrique Divino e o Dr. Daniel Souza. Acho que são dois técnicos altamente qualificados, capazes, mas no término da Audiência, Deputado Augustinho Zucchi, a nossa preocupação, a minha em particular, do Deputado Rossoni e do Deputado Reni Pereira que ficaram até o final, entre outros Parlamentares, a preocupação ficou mais do que antes da Audiência Pública.

Deputado Belinati, sabemos que o porto de Paranaguá, e é importante que se diga isso, teve o seu canal, a profundidade do canal era 14 metros. O projeto ontem mostrado pelos técnicos era 15 metros. Hoje a profundidade é 11 metros e 30. O que representa? Representa cada metro de profundidade do canal do porto. Representa 6 mil quilos a menos de carga num navio.

Ora, tínhamos 14 metros de profundidade, agora temos 11 metros e 30. Reduziu 2 metros e 70. Vamos arredondar os números, são 16 toneladas de carga a menos no navio que será exportando. E os nossos grãos, sejam soja ou farelo, o que for exportado para a China, 100% dos navios são de grande porte, são 60 mil toneladas cada navio, que embarca de produtos. Como o nosso canal tem apenas 11 metros e 30, só dá para carregar 44 mil toneladas.

Oram, alguém fez um cálculo para nós, daí é assustador Deputado Duílio Genari. É assustador, porque se considerarmos um navio que chega no porto de Paranaguá com capacidade de carregar 60 mil toneladas, carrega apenas 44 mil toneladas, ele sai do porto de Paranaguá com 16 mil toneladas a menos. Se pegarmos o custo do frete, que isso representa de Paranaguá para a China, isso representa R\$ 2 por saca de soja. O que são R\$ 2 por saca de soja? Se considerarmos que uma carreta, não trem, uma carreta que carrega algo em torno de 500 sacas de soja, lá do oeste do Paraná para Paranaguá ou qualquer parte do Paraná, olha, uma carreta deixa de faturar na sua carga R\$ 1.000. Por que ela deixa de faturar? Porque o porto não permite que o navio saia com carga total.

Deputado Caíto Quintana, R\$ 2 por saca de soja representa diretamente na fonte lá para o agricultor. Então, qual é a nossa preocupação? O que os Diretores falaram ontem, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. participou de grande parte daquela Audiência ontem à noite? Um dos Diretores disse que se a administração do porto comprar uma draga, essa draga não entra em funcionamento em menos de um ano. E qual foi a grande preocupação nossa? A largura do canal, como disse muito bem o Deputado Valdir Rossoni, nesta Tribuna, é de 200 metros. Sabe qual é a largura hoje do canal? Noventa. Qual é o risco de encalhar o navio? Muito grande.

Perguntamos: se acontecer um desastre e vier a encalhar um navio, o que é que pode acontecer? Vai trancar o porto. Pára o porto de Paranaguá e pára o porto de Antonina.

A nossa preocupação é: primeiro que dificilmente virá uma draga rápido, porque não tem dragas no mundo que possam vir alugadas, que possam vir para cá, para compra o mais rápido possível, em menos de um ano. Não é este Deputado que diz. Quem disse isso foi o Diretor do porto de Paranaguá em Audiência Pública, ontem.

Agora, o que é que precisamos do Brasil? E o que é que o Paraná tem que se preocupar? Temos que nos preocupar com a concorrência. Já falamos por inúmeras vezes. O porto de São Francisco e o porto de Itajaí, não dá para comparar com os nossos portos. Lógico que não dá. Agora, o que é que Santa Catarina está fazendo? Santa Catarina abriu um porto público, mas é de empresas privadas, em Imbituva.

O porto de Santa Catarina vai abrir um novo porto, que é o de Itapoá. Com calado de 16 metros de profundidade, não para carregar cereais, mas para carregar contêineres. Isso em Santa Catarina, o porto é privado, mas em convênio com o Governo do Estado para que ele possa dar acesso ao porto de Itapoá que é aqui encostado em Curitiba. Dá cento e poucos quilômetros. A distância será praticamente a mesma.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Mas qual é a outra grande preocupação? Não é só com o porto de Itapoá, mas é com o novo porto que vai ser construído em São Paulo, no município de Peruíbe. É o município que vai construir o segundo maior porto do Brasil. Um porto privado.

É aí que eu disse para a Deputada Luciana, eu ia falar bem do Lula! Digo para a senhora, está no PAC do Governo Federal a construção da Usina Hidrelétrica pela SESP, no rio Ribeira. E o que é o rio Ribeira? Nasce aqui no Paraná, vai para São Paulo, vão construir uma usina que está no PAC do Governo Federal para dar condições para esse porto começar o segundo maior porto do Brasil. Sabe com que calado? De 25 metros de profundidade. E nós no Paraná estamos cantando que temos o melhor porto! O nosso porto é grande, mas não conseguimos dar

assistência para os nossos exportadores e nossos importadores.

É lamentável. Mas daqui a cinco anos alguém vai dizer: “O que é que vocês fizeram no Paraná para que chegassemos nesse ponto?” Temos que nos preocupar, sim, com toda a infra-estrutura necessária.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Estive vendo estes dias a inscrição no Pequeno Expediente, porque precisa contraditar muitas coisas a respeito do porto de Paranaguá. Não só de V. Exa. Eu não tenho procuração para defender o porto de Paranaguá, vou reconhecer, não entendo nada de porto. Aliás, temos falado muito superficialmente sobre porto, porque bem poucos de nós entende sobre isto. Agora, não há prejuízos para caminhões. O porto de Paranaguá, pelo contrário, está com uma capacidade de embarque além da sua possibilidade.

Segundo lugar, se V. Exa. diz que vai construir um porto em Santa Catarina, o estado do Paraná está para construir também o porto de Pontal do Sul, que tem um calado muito maior que o de Santa Catarina. Não dá para jogarmos futurologia na coisa, vai encalhar, vai não sei o quê. O de Santa Catarina é de 16 metros, o do Paraná é de 19 metros. Então, temos que nos prender ao presente. Essa futurologia, que se usa muito sobre Paranaguá, que daqui a pouco encalha e tal, é uma preocupação de todos nós, mas não é uma verdade absoluta.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Eu não disse que tem prejuízo para caminhão. Eu fiz um comparativo, o prejuízo que o agricultor tem com uma carga de carreta, uma carreta com 500 sacas de soja, em consequência...

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Só para contraditar V. Exa., é muito simplista dizer que vai pagar lá no produtor. O produtor não é a única parte da cadeia de produção.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Eu sei, Deputado, mas todo o prejuízo, pedágio, por exemplo, quem paga é o produtor, quem paga é o consumidor. Agora, quando um Governo, através da ineficiência do porto, não permite que pode-se atribuir também este aumento do ganho na redução do custo, não dá para atribuir isto para o agricultor. Claro que o agricultor pode ganhar isso. Com toda a razão.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Quem não esteve na Audiência Pública de ontem à noite perdeu uma grande oportunidade de aprender um pouco sobre porto. Mas, entramos nesta Audiência Pública e saímos mais preocupados, porque o Governador do Paraná lançou uma idéia que eu já tinha comprado. O Governador lançou a idéia de que comprando a draga estaria resolvido o problema da dragagem do Canal

da Galheta. Para o meu espanto, o Diretor da área, sabe o que disse? Para comprar a draga, para nacionalizar, para trazer a draga e para colocar em funcionamento, leva um ano. Então, não se pense em draga para resolver o problema atual. Tem que pensar em contratar. Contratar uma empresa de dragagem urgente, porque eu afirmo, não entendo tanto de porto, mas tenho me esforçado, afirmo, sim, o risco e a iminência de um grave prejuízo e um desastre em Paranaguá é muito grande.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Quero parabenizar V. Exa. e todos os Parlamentares preocupados com Paranaguá. Agora, eu indago, onde é que estão as autoridades federais, que ganham bem, para cuidar dos portos brasileiros? Porque porto envolve diretamente a economia do Brasil, é de alto interesse para a economia do nosso país, até para exportar nossa produção agrícola. Então, aproveito e, pego uma carona, porque parece que essas autoridades estão mais perdidas que o padre maluco, que fez a maluquice e morreu em alto-mar, com o balão de bexiga dele.

Então, o apelo é saber aonde é que estão as autoridades do Governo Federal, que administram os portos brasileiros, que trabalham visando a melhoria dos portos e que parece que estão surdos, parece que colocaram algodão no ouvido para não escutar o clamor desta Casa e do Paraná para melhorar o porto de Paranaguá.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Está no Ministério Público, no Supremo Tribunal Federal um pedido do Ministério Público Federal para cancelar a concessão até para o estado do Paraná, em relação ao porto de Paranaguá. Está no Supremo Tribunal Federal a questão. Havia recursos alocados para o porto de Paranaguá, do Governo Federal. E nos parece que esses recursos foram perdidos. Por quê? Por causa da administração do porto? Ou não pensamos no futuro?

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Ficamos ontem até altas horas trabalhando na Comissão de Obras e Transportes, e como Presidente da Comissão de Transportes e de Obras eu também estou muito preocupado porque o Dr. Luiz Henrique, afirmou categoricamente que trata-se de um problema gravíssimo, e além do problema grave do Canal da Galheta também tem o problema do Canal de Antonina com relação ao problema dos resíduos de lodo. Então, é um grave problema ambiental. E também se falou em zoonoses, a questão do silão. Quer dizer, eles apontaram diversos problemas que nós da Bancada da Oposição estamos há muito tempo tratando aqui na Assembléia Legislativa.

Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço aos Deputados que nos apartearam e peço desculpas aos demais Parlamentares, já que o meu

tempo está esgotado e devo encerrar o pronunciamento. Mas com toda certeza a questão do porto, eu não sou especialista, Deputado Caíto Quintana, ninguém de nós aqui na Assembléia é especialista, mas o que nós queremos é o bem do estado do Paraná, queremos que o nosso estado não perca a competitividade em relação aos outros portos que temos no nosso Brasil.

Por exemplo, em São Francisco, no porto de São Francisco, a empresa Bunge, e a ALL fizeram uma parceria para comprar 1.000 vagões para transportar grãos, e esses grãos virão de onde? Com toda certeza do Paraná e de outros estados. Então, se os outros portos estão preocupados, fazem a parceria com o setor privado; aqui no Paraná estamos na contramão; rompemos os contratos e queremos estatizar tudo. Estamos na contramão e no caminho errado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Elio Lino Rusch.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos acompanhado com muita preocupação, apreensão, este tema que tem sido divulgado de maneira forte, contundente, pela mídia, pelos jornais, pela televisão, em relação a esse impasse entre a URBS, que é a empresa de urbanização de Curitiba, que é a empresa que opera o transporte coletivo regional, e a COMEC, que é o órgão de planejamento e de investimento através do Governo do Estado, que está investindo mais de 100 milhões em melhorias de corredores viários, terminais e todo o sistema de transporte regional. É evidente que não pretendemos aqui politizar o tema, até porque é uma questão técnica que deve ser debatida de forma tranqüila e sem grande politização.

Tenho acompanhado, mas não posso me calar quando nós vemos, e a televisão retratou de forma clara o que é o drama do terminal Alto Maracanã, que tem uma capacidade de operar com um terço da capacidade real que está operando hoje. São mais de 90 mil passageiros todos os dias que são colocados de forma desumana para fazer a sua condução, o seu transporte para o local de trabalho, para o local de estudo. E evidentemente que a nossa região metropolitana merece respeito. Precisamos ser vistos como a grande Curitiba. Não é possível que tenhamos esse impasse, esse debate, onde o jogo de palavras, de argumentos e de justificativas, algumas delas sem fundamento, prevaleçam, confundam a mídia e possam formar uma opinião e pretender dar a razão para A ou para B. O que se busca, e o que eu torço todo dia, é para que haja um entendimento, uma harmonia entre a URBS, entre a COMEC, no sentido que seja pensado, em primeiro lugar, o cidadão.

Muitas justificativas têm sido colocadas. Alguns dizem: “Como pode projetar um terminal e não fazer o acesso?” Esta é a informação que está chegando para aqueles que não conhecem a realidade do que está acontecendo.

O terminal do Alto Maracanã, que está em obras, não é possível concluir a obra do terminal sem aliviar a carga de passageiros, onde o planejamento diz que 40% dos passageiros serão atendidos através do terminal do Guaraituba, que funciona no mesmo corredor de transporte. É a mesma do terminal do Cabral e de Santa Cândida. O que é mais barato: trazer alimentadores de Santa Cândida, da região do Boa Vista até o Cabral, ou funcionar com alimentadores no terminal de Santa Cândida e com a linha troncal fazer a integração desses dois terminais?

É evidente que a logística de transporte assim o determina. E é isso que foi feito no planejamento, que foi planejado no terminal do Guaraituba e Alto Maracanã. O acesso existe e, se tem dificuldade imediata, é porque a Estrada da Ribeira está em obras, mas em 10 dias estará liberada.

Torço para que a URBS, a COMEC, que haja uma intermediação da Prefeitura, dos usuários da região de Colombo, desta Casa. O que importa é que os técnicos da URBS tenham vontade.

Rezo sempre para que haja uma harmonia entre o Governo Estadual e Municipal, que sentem na mesma mesa, possam conversar de forma tranqüila, e que pensem primeiro no cidadão que está no dia-a-dia sendo maltratado no seu transporte coletivo. Não podemos aceitar justificativas, alegações. Existem dificuldades, mas não entendo que haja um acréscimo de R\$ 340 mil, todos os meses, para se manter um sistema que, em termos de logística, é para racionalizar o custo operacional.

Até fizemos um requerimento há 20, 30 dias para que, através da COMEC, a URBS explique qual é a diferença entre o sistema atual e o sistema de operação, onde 40% da demanda passaria a operar através do terminal, no mesmo eixo de transporte, que é o terminal de Guaraituba. Não consigo entender. Que aumento de custos são esses? Se fala de aumento de custos e não se explica o porquê.

Fala-se que são novos passageiros e para atender precisam fazer novos investimentos nos terminais de Curitiba. O que não é verdade. O mesmo passageiro que hoje vem a Curitiba, através do Maracanã, virá via Guaraituba, terminal do Cabral. Não há necessidade de aumentar mais uma estação-tubo em Curitiba. Não há necessidade de ampliar terminais em Curitiba para atender esse passageiro do Guaraituba.

É evidente que precisamos, e encareço aos Srs. Deputados que têm ligação com o Prefeito de Curitiba para que possamos despolitizar essa matéria; que possamos fazer desse novo terminal, realmente, um avanço. Caso contrário, teremos o debate e o povo sofrendo cada vez mais. É claro que falo isso com tranqüilidade, mas o

terminal de Guaraituba não é um terminal que vai aumentar o volume de passageiros, pelo contrário, esse terminal vai melhorar o sistema com a Linha Verde, que é um novo tronco de transportes entre a região metropolitana e a cidade industrial de Curitiba. Isso vai permitir uma melhor condução, uma circulação mais rápida.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Na medida que um ônibus sai do Alto Maracanã, em Colombo, tem que cruzar o centro de Curitiba, em horários onde o tráfego está praticamente parado, é visível que se perde tempo. Hoje, os ônibus que vão a Colombo pela Estrada da Ribeira têm que enfrentar um semáforo que, durante os horários de pico, cria longas filas. Com a duplicação da Ribeira, é evidente que vai se ganhar tempo. Os ônibus vão trafegar com mais conforto, com mais rapidez, vai se ganhar tempo nesse horário nobre e vai, automaticamente, se definir necessariamente uma frota menor.

Ganhamos em racionalização, mas é evidente que precisamos ver o transporte da região desse cidadão que sai lá do Jardim Monte Castelo, em Colombo, 5h da manhã, e vai trabalhar em Curitiba, na cidade industrial ou em qualquer bairro. Ele está construindo a nossa metrópole, a nossa grande Curitiba. A sua força de trabalho está servindo para arrecadar impostos em Curitiba. Portanto, a grande Curitiba tem que ser vista de verdade. Não é possível que vejamos apenas como uma mercadoria que possa ser estocada, possa ser empilhada em terminais sem estrutura. É evidente que clamo, torço e peço para que a URBS, por meio dos seus técnicos, para que o Prefeito Beto Richa dê uma determinação e busque, realmente, atender à reivindicação de mais de 90 mil passageiros por dia que estão, hoje, sendo sacrificados nesse sistema e que terão a opção de ter um transporte melhor.

É incontestável que 10, 12 linhas alimentadoras, trafegando nesse trecho de três quilômetros entre o terminal Alto Maracanã e o terminal Guaraituba, no mesmo corredor, rodem mais quilometragem do que um articulado ou um ligeirinho, que vem sempre mais carregado, porque você racionaliza o transporte, três ou quatro ônibus fazem o papel de oito, 10 alimentadores. É óbvio que não se pretende criar um novo terminal Guaraituba - Cabral, mas sim num mesmo troncal, num mesmo corredor você implantar o mesmo ônibus, como é Santa Cândida, Cabral e Pinheirinho, é Guaraituba, Maracanã, Terminal Cabral, CIC, enfim, nós encarecemos para que tenhamos a solução desse impasse, para que a integração avance. Creio que de parte do Governo faremos a nossa parte, vamos encaminhar uma reivindicação ao Sr. Governador explicando claramente o que está acontecendo. Acho importante para o bem da grande Curitiba que, realmente, esse tema seja resolvido.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Exa.?

(Assentimento)

Primeiro, meus parabéns a V. Exa. que, com muita inteligência, busca a solução para esse problema sério que é o terminal do Alto Maracanã. As autoridades ficam brigando, discutindo de quem é o filho, e o coitado do povo que usa o transporte coletivo é que está “se ferendo”. É uma judiação o que estão fazendo com o povo, que paga por briga que não tem nada a ver.

Aproveito - se V. Exa. me permitir, porque transporte coletivo envolve povo, economia, a classe trabalhadora - para dizer que a Gazeta do Povo trouxe uma matéria, aqui, que o Governador está de parabéns, pois vai haver um corte no ICMS de roupas e alimentos. É a primeira parte da matéria. Eu, como caipira do interior fui ler, a gente lê quase sempre o que está na capa do jornal, é difícil ler tudo o que está dentro. E a mesma matéria está dizendo aqui em contrapartida, vai subir o imposto de energia elétrica, dos combustíveis e das telecomunicações.

Então, se V. Exa. conseguisse clarear isso, porque a primeira parte é boa, reduzir o ICMS do alimento e vestuário. Agora, a segunda parte é que estou com dificuldade para entender porque acho que se aumenta o imposto da energia e do combustível, o custo de vida tem uma alta inflacionária acelerada. V. Exa. que tem um trânsito tão bom no Palácio do Governo, seria capaz de ver sobre esses dois itens?

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Deputado Belinati, obrigado pelo aparte.

Creio que este tema, teremos uma grande oportunidade de debater, até porque temos um projeto nesse sentido tramitando na Comissão de Finanças e teremos a oportunidade de debater no plenário essa questão da redução de impostos em algumas regiões para que o Paraná não perca empresas importantes. Mas, evidentemente o Secretário da Fazenda poderá explicar melhor essa questão.

Com a palavra para um aparte, Deputado Professor Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Deputado Strapasson, sei que V. Exa. é bastante preocupado com essa questão do transporte coletivo, principalmente na nossa região metropolitana. Participamos juntos no ano passado de um fórum sobre o transporte coletivo e evidente que temos a necessidade de um consórcio metropolitano, para que os municípios participem da gestão do transporte coletivo da sua região. Porque não é possível, hoje, estarmos submetidos a uma empresa, a URBS, só de uma das cidades que é Curitiba. Embora seja a cidade mais importante, mas as características, a realidade de Curitiba é muito diferente de Pirquara, de Campina Grande do Sul, de Pinhais, enfim.

Acho que a solução é evoluirmos para uma administração conjunta onde haja a participação dos municípios.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado, Professor Luizão.

Realmente o consórcio é um instrumento para que haja um trabalho de gestão integrada, mas é evidente que as Prefeituras da região, poucas delas - salvo Araucária que paga hoje um valor alto à URBS, ou talvez São José que tem condições - a grande maioria não tem condições e nem cabe à Prefeitura tirar dinheiro da Saúde, da Educação, para subsidiar o transporte. O transporte tem que ser auto-sustentável. E é evidente que a URBS busca sempre racionalizar, mas temos ainda uma boa gordura a queimar. Creio que é um tema interessante até questionarmos e vou questionar em um requerimento, por que não se faz uma licitação geral? Não só de Curitiba, mas de toda região, para que busquemos talvez preços melhores para que através de uma gestão compartilhada com os municípios de uma empresa metropolitana, com a participação do Conselho do Usuário, possamos tornar mais transparente esse tema, para que o cidadão tenha a visão clara do que está pagando e se é o preço justo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho aqui hoje usar deste expediente para fazer um agradecimento. Vejo que são colocadas aqui bastante reivindicações, mas há um momento também de agradecimento.

Há poucos dias vi a Deputada Luciana Rafagnin agradecendo a uma escola técnica em sua região. E hoje venho aqui colocar aos Srs. Deputados e a toda a nossa população da região centro-sul e sul do estado, a nossa alegria à criação da instalação de uma escola técnica, o ENFET. Não foi uma batalha. Foi uma luta de muitas pessoas, de muitos Deputados envolvidos, da comunidade como um todo. Ao escutar o Deputado Strapasson, quando ele falava sobre a região metropolitana, acho ele com grande capacidade em referência a sua localidade e vejo outros Deputados defendendo. Gostaria de agradecer especificamente ao ENFET.

É uma região bastante pobre do nosso estado do Paraná, centro-sul - os Deputados Rossoni, Pedro Ivo, e tantos a conhecem. Ela tem uma peculiaridade, são pequenas propriedades rurais. Temos hoje uma grande população na zona rural, uma grande concentração de pessoas. Temos também a questão do meio ambiente pre-

servada. Agradecer ao professor Alípio Leal, que é o Diretor do CEFET, a Escola Técnica do Paraná, que junto com a sua equipe acabaram levando a Irati e toda essa região. Irati, União da Vitória, São Mateus, Rio Azul, Mallet, Imbituva, serão beneficiados como um todo. Agradecer especificamente ao Secretário, do MEC, o Eli-ezer, que sempre nos recebeu com grande carinho.

Foram instalados outros ENFETs, em Pitanga, junto com o Ricardo Barros e outros Deputados; em Jacarezinho, com o Deputado Canziane. Temos que agradecer Irati, especificamente, ao Deputado Ângelo Vanhoni, nosso amigo e grande incentivador ao levar a nossa região o ENFET. Inclusive, agradecer a Universidade Federal do Paraná, através do seu Reitor, que sempre participou. Agradecer também ao Prefeito Sérgio Stoklos, com sua determinação, em que junto com a Vice-Prefeita Marisa, com a Câmara e com toda a comunidade, o ENFET se instalasse em Irati. Porque trará tecnologia, qualidade, principalmente para que os jovens fiquem, em sua região, preparados. Ao mesmo tempo em que vemos a participação do Alex Canziane, Ricardo Barros e Vanhoni nesse ENFET de Irati, não podemos nos esquecer de que houve duas emendas parlamentares, uma delas do Deputado Vanhoni e uma do Deputado Sciarra, para que fosse iniciada a construção. Esperamos que no início de agosto tenhamos esse ENFET funcionando.

Vamos começar toda a semana, os Deputados Rossoni, Pedro Ivo, Alexandre Curi e também o Deputado Nelson Justus, que faz parte da região, unidos em uma batalha entre o asfalto de Irati, São Mateus e Rebouças. Todos vocês conhecem, é uma população enorme, grande, mais de 100 mil habitantes nas duas cidades e outras cidades juntas, que têm sido esquecidas. Precisamos um trabalho junto com a Assembléia e com todos os Deputados. Pretendo, a partir dessa semana ou da semana que vem, toda semana, começar uma luta, para que possamos ter esse asfalto. Vejo sempre o Batista defendendo Maringá, o Teruo defendendo Paranaíba e assim por diante. Precisamos nos somar, principalmente, nós, Deputados.

agradeço mais uma vez ao Deputado Federal Vanhoni e ao MEC, que tiveram a pronta decisão de instalar esse ENFET em Irati. Agradecer a toda a Assembléia Legislativa que tem a oportunidade de nos ajudar.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, por 15 minutos, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus caros Deputados de Oposição.

Tenho aqui a liminar deferida pelo Juiz quanto a uma velha novela, novela dos cartões corporativos.

Iniciamos este trabalho em 2007, junho ou julho de 2007, se não me falha a memória, iniciamos lá pedindo informações ao Governo. O Governo foge destas informações. Esse cartão corporativo deve ter um mistério que só vamos entender agora. E hoje obtivemos uma vitória. Como é bonita a democracia. Pedimos, entramos com requerimento em Plenário, Deputados independentes e de Oposição, foi derrubado o requerimento. Tomamos a segunda medida, entramos com o requerimento administrativamente. Nos foram negadas as informações do cartão corporativo. Queremos saber como é que se usa esse cartão corporativo. O Governo, através de uma correspondência do Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, negou a informação oficialmente - disse não - eu não posso prestar as informações aos Parlamentares de Oposição e do Bloco Independente porque não foi aprovado em Plenário, demonstrando - eu não acredito que seja desconhecimento - querendo dar um golpe na Oposição e no Bloco Independente para negar as informações.

Ao recebermos a negativa das informações, o que nós fizemos? Fomos à Justiça. Todos os Deputados aqui subscreveram, é uma vitória dos Parlamentares. Fomos à Justiça e estávamos ansiosos aguardando qual seria a decisão da Justiça quanto a estas informações dos cartões corporativos, porque somos minoria. O rolo compressor funciona e não conseguimos ganhar no voto. Qual o nosso socorro? A Justiça. E hoje, por volta das 10h, recebi a notícia em que foi concedida a liminar e tem aqui o pronunciamento, o posicionamento de quem nos concedeu esta liminar.

Vejam aqui o que ele diz, e que sirva de exemplo quando aqui a Oposição questiona que seja respeitado, como diz aqui o Juiz, a Constituição, não Estadual, a Constituição Federal. Vou dar aqui alguns, estou distribuindo o despacho para que todos aqui possam fazer a leitura para ver o quanto é importante esta vitória de obrigar. Agora o seguinte: o Governo do Estado do Paraná, em cinco dias, terá que comparecer a esta Casa, entregar oficialmente aos Parlamentares que requereram os documentos dos cartões corporativos. O que vai trazer para nós? Vai trazer as informações. Temos muitas informações, mas não temos os documentos. Agora, teremos os documentos. Vamos encontrar quantas tapiocas nesses cartões corporativos? Não sei. Precisamos dos documentos.

Mas é importante ressaltar aqui: por mais poderoso que seja o Governador, por mais poderoso que seja o Governo, ele está submetido à Constituição, tem que respeitar a lei, e hoje os Deputados aqui dão a demonstração que o Poder Legislativo pode ser altamente competente, altamente atuante, desde que não seja omissos e covarde.

E isso os Parlamentares têm dado demonstração. O Governo não agiu dentro da lei? Justiça nele! A Justiça está acima de tudo, a Constituição tem que ser respeitada.

Quero fazer aqui a leitura, este microfone não colabora para quem lê e eu estou ainda numa fase de

adaptação com os meus óculos de leitura. Aqui o Juiz falando: “Trata-se de pleito de cidadão paranaense, que é também Deputado Estadual, para ter acesso aos dados referentes aos gastos governamentais. O caso dos autos trata-se do ato impetrado de negar, ainda que por omissão, acesso à informações e documentos públicos a cidadão que, além de tal condição são Deputados Estaduais, ou seja, representam a todos os demais paranaenses junto a esta Casa de Leis. Esqueça-se, portanto aqui, da Constituição Estadual e de meros decretos que, frente à Constituição Federal, quando a contrariam são exatamente um nada do mundo jurídico.” O Juiz diz aqui que não interessa decreto, não interessa a Constituição Estadual, o que interessa é a Constituição Federal. E ele determina: “É da essência do Parlamento a função fiscalizadora do Executivo. Obstacularizar de qualquer forma e afrontar o princípio sensível da separação de Poderes é essencial para o pacto federativo.

As alianças, os conchavos e apoios políticos não podem nunca se sobrepor aos direitos e garantias constitucionais e fundamentais. Além disso, pedidos dessa espécie não se vinculam à aprovação ou não em Sessão da Assembleia Legislativa, exatamente por ser de acesso a todos os cidadãos brasileiros”. Quer dizer, no caso, cidadãos paranaenses. “Atender de forma diversa seria aceitar que qualquer pessoa do povo possa ter acesso a informações e documentos públicos.”

Deputado Luiz Carlos Martins, as despesas com cartões corporativos são documentos públicos, disse aqui a Justiça, não sou eu que estou falando. “Mas aqueles que são eleitos por escrutínio secreto, para representá-los no Parlamento, não devendo submeter-se a votação.” Não devemos nos submeter à votação, temos que exigir os documentos que precisamos, na maioria das vezes, para exercer a nossa função de fiscalizadores. Na mesma esteira de pensamento não é raro ver, ler e ouvir ultimamente que quem ganha governa, sendo essa a essência da democracia.

Aí vêm os comentários, palavras de membros do Congresso Nacional. Quer dizer, quem ganha governa. Verdade. Governa, mas não pode ter esta manta, esta barreira nas informações para que o Poder Legislativo possa fiscalizar. Veja o comentário: essas falas espelham o total despreparo da maioria dos políticos brasileiros. O que ele diz aqui: que quando um setor do Poder Executivo nega informação ao Poder Legislativo sobre o argumento que quem ganha governa, ele diz que é um completo despreparo do setor político. Este despacho, esta liminar, vem num momento em que não temos mais alternativas, Deputado Elio Rusch, vem num momento oportuno.

Fizemos uma reunião de Deputados da Oposição com a Bancada do Bloco Independente, os Líderes, principalmente, onde estávamos discutindo aonde vamos chegar. Porque até o presente momento, temos aqui pedido respeitosamente ao Governo, informações. Quando vem algo como resposta, vem truncado. Você não recebe a informação. Você recebe uma correspondên-

cia usando de subterfúgios para esconder a informação. Quando nos negam a informação, porque têm medo dessas informações, não temos mais a quem nos socorrer.

Primeiro, queremos propor aqui uma Comissão de Investigação - CI. Não temos número. Falta número. Não temos como. Queremos aqui as informações do Governo. Veja, eu vi outro dia aqui Deputados dizendo: "Mas as informações já foram prestadas". Ora, se já foram prestadas não havia necessidade de entrar na Justiça.

Então o que vai acontecer? Estaremos aguardando para a próxima semana, vence o prazo na quinta-feira, cinco dias úteis. Vamos ver como é que o Governo se comporta com essas informações. Porque vamos saber agora: o cartão corporativo do Secretário da Comunicação foi usado para as viagens para o Paraguai ou não? Vamos ter os documentos. O cartão corporativo está sendo usado corretamente ou estão comprando vinho, uísque, camarão? O que está acontecendo com o cartão corporativo?

Estou colocando aqui dúvidas que são dúvidas de todos os Parlamentares e só não foi esclarecido porque o Governo negou até o dia de hoje as informações. Agora a Justiça se pronunciou. A Justiça determina ao Governo do Paraná que preste as informações aos Parlamentares, que querem essas informações para fazer uma análise profunda, investigar e trazer a público, a conhecimento da opinião pública se os cartões corporativos estão ou não sendo usados dentro do que a lei exige dos usuários.

Deputado Belinati, com o aparte.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabenizar V. Exa., grande Líder da Bancada da Oposição, lembrar só para clarear para o telespectador que está acompanhando o trabalho do Legislativo, para ficar bem claro, que muitas informações que V. Exa. mencionou e que são negadas, é porque V. Exa., eu e os nossos colegas aqui da Bancada da Oposição, somos um grupo minoritário. O Governo tem a Bancada majoritária que nos esmaga pelo grande número que eles têm. Daí então esse recurso, que tem sido buscado através do Poder Judiciário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Belinati, para concluir, quero dar aqui um apoio didático, se é que conseguirei aqui neste momento. É o mesmo que dar um cartão de crédito de um banco ao seu filho e o seu filho sair gastando por aí e dizer o seguinte: "Pai, eu não vou prestar conta do dinheiro que eu gastei." Você vai pagando, pagando, pagando...

O cartão corporativo trocado em miúdos, é isso. O servidor público pega o cartão igual ao cartão de crédito do cidadão comum e sai pelo mundo, sai pelo Brasil. Esses dias atrás, teve alguém da universidade federal em Paris, gastando, e não quer prestar contas.

Nós não estamos pedindo nada de extraordinário. Estamos apenas dizendo que quem anda com o cartão

corporativo está com cartão do povo paranaense. A Justiça obriga que eles prestem as informações para que possamos ter transparência nessas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no horário do Grande Expediente, passo a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero registrar a presença da diretoria da APP-Sindicato do Paraná, professores e funcionários das escolas estaduais do nosso estado.

O motivo de estar aqui o sindicato e os funcionários das escolas é por conta do Dia Nacional de Educação. Está acontecendo hoje uma mobilização em todo Brasil. Diversas caravanas indo até Brasília, ao Congresso Nacional, para reivindicar principalmente o piso nacional mínimo para o Magistério. E aqui no Paraná diversas mobilizações organizadas pela APP-Sindicato, inclusive, a presença aqui na Assembléia, atividades da escola na rua com aula em diversas cidades do Paraná e aqui no Centro Cívico.

São diversas atividades, para chamar a atenção da sociedade em relação à Educação no nosso estado e no Brasil inteiro.

Estamos aqui no Paraná fazendo diversas reuniões com os representantes do Governo, com as diversas Secretarias do Governo. Acabamos de sair de uma reunião com o Governo do Estado hoje, conversando sobre os problemas da Educação e a necessidade de avançarmos nas nossas reivindicações.

Aqui no Paraná, depois de anos de descaso, evidente que neste Governo estamos recuperando um pouco do tempo perdido. Ficamos muitos anos sem reajustes. Tivemos o fim dos cursos técnicos nas nossas escolas, causando um prejuízo aos nossos jovens, que ao concluir o ensino médio saíam em busca do primeiro emprego sem o mínimo de noção, sem o treinamento, profissionalização, para poder facilitar a conquista do primeiro emprego. Ainda bem que isso está sendo retomado em várias escolas, estamos implantando novamente os cursos profissionalizantes.

Acompanhamos em alguns momentos, quase a privatização de algumas escolas. E hoje estamos acompanhando uma recuperação. Devemos valorizar o que o Governo do Estado está fazendo. Devemos isso à mobilização dos professores, a luta do sindicato e o apoio de muitos Parlamentares.

Eu avalio que quando o Paraná assume um compromisso em lei de destinar 30% do seu orçamento para a Educação, acredito que está sendo colocada a Educação como prioridade. Esta foi uma das maiores conquistas, podemos assim dizer, da Educação no nosso estado. Isto porque temos a garantia de recursos para um bom funcio-

namento das nossas escolas, para a construção de novas escolas, para reforma, para equipamentos, e principalmente para valorização dos trabalhadores da Educação.

Então, temos várias conquistas ao longo destes últimos anos. A implantação do plano de carreiras, o enquadramento dos professores neste plano, no ano passado, a reposição das perdas deste Governo, no total de 17%. Tivemos reposição do PSS, foi uma luta nossa, os PSS estavam de fora do reajuste no ano passado. Conseguimos convencer o Governo de que havia um grande número de professores temporários, a luta do sindicato junto com a nossa, aqui na Assembléia. Enfim, conseguimos também a aprovação da lei que colocou fim à quarentena que impedia o professor do PSS de estabelecer um novo contrato de trabalho após dois anos. E hoje muitos professores foram beneficiados, neste ano, e nossas escolas não ficaram sem os professores, tão importantes, já no início do ano letivo.

Quando discutíamos a alteração na lei, a Oposição inclusive cobrou o concurso público e tivemos o concurso público no ano passado e os novos professores serão chamados, ainda neste ano, provavelmente no início do 2º semestre.

É evidente que a par destas conquistas nós temos, ainda, muitas bandeiras e devemos lutar por elas, porque acreditamos que um estado vai evoluir se tiver uma boa educação para nossos filhos. Então, temos que avançar na Educação e aproveitar que o estado colocou como prioridade a Educação ao destinar 30% do seu orçamento para ela.

Estamos, agora, num momento de discutir reposição salarial. Temos a revisão geral para todas as categorias. Entendemos que na revisão geral temos dificuldades em ter um reajuste diferenciado. Mas, isto não implica que possamos fazer isso numa revisão de tabela. Aliás, existem diversas formas de podermos conquistar esta reposição que amargamos ao longo dos anos e consideramos que, em relação aos demais servidores do estado, temos uma defasagem de 38%.

Então, a data-base é outra conquista indispensável não só para a Educação, mas muito importante para todo o funcionalismo do estado, porque permite que no mês de maio de cada ano possamos sentar com o Governo e avaliar a perda do período. E os servidores do estado terão a garantia de, no mínimo, ter a reposição das perdas deste período. Isto já nos dá uma tranquilidade de que não vamos continuar perdendo, nosso salário vai pelo menos continuar mantendo o poder de compra.

Mas, a Educação precisa avançar. Não queremos desmerecer nenhuma outra categoria profissional do nosso estado, muito pelo contrário. Hoje, ao avaliar o salário do professor do estado, vemos que ele está em defasagem de 38% em relação a um funcionário com a mesma formação. Hoje um funcionário de nível técnico se aposenta com um salário maior do que o salário de professor, quando chega ao final de carreira. E ele não

precisa do curso superior. Ao contrário do professor, que no início de carreira tem que ter um curso superior.

Então, esperamos desta Casa uma sinalização também para a Educação. Temos na Casa tramitando um projeto de grande importância, como 180 dias de licença-maternidade, que vai atender não só os profissionais da Educação, mas vai atender todos os servidores, e é uma oportunidade para o estado sair na frente. “Mas e as empresas como vão fazer?” Mas é o INSS que vai pagar. Inclusive tem uma proposta tramitando no Congresso, que vai incentivar as empresas para conceder esse benefício para a futura mãe, que ela possa ter um tempo a mais com o seu filho. Temos aí a aposentadoria especial para os Diretores e pedagogos, uma PEC tramitando nesta Casa que acreditamos que é possível, essa é uma PEC benéfica e que só vai trazer benefícios, já que existe uma lei federal que hoje está sendo aplicada. E nós temos uma questão curiosa, temos o professor que não é do quadro próprio, que quando ele se aposenta já faz jus a esse benefício. Quando ele se aposenta ele consegue, se é um pedagogo, consegue aposentadoria especial do período que ele trabalhou na área pedagógica. Um Diretor que saiu da sala de aula e foi para a direção da escola, quando ele se aposenta, se ele se aposenta pelo INSS, já faz jus a esse benefício.

Então, temos hoje duas situações nas escolas: um professor do quadro próprio, um Diretor de escola, um pedagogo, que ele não consegue se aposentar na aposentadoria especial o período em que ele não está em sala de aula; e temos o professor que é regido por um outro regime, não o estatutário, que ele consegue levar para a aposentadoria especial esse período. Então, nós acreditamos que esta Casa pode avançar nesse sentido, aprovando essa PEC e concedendo aposentadoria especial para Diretores e pedagogos. Acreditamos nisso, vamos continuar conversando com o Governo para que o Governo também se sensibilize nesse sentido e dê uma carta branca, dê um sinal para que a Assembléia possa aprovar essa PEC, assim como a licença-maternidade de 180 dias.

Temos também avançado bastante e acreditamos que ainda neste 1º semestre seja possível a dobra do padrão, para que os professores que têm apenas um padrão de 40 horas, que eles consigam dobrar o padrão, e tenham necessidade de fazer um novo concurso para poder estabilizar nas outras 20 horas, porque a maioria dos professores já trabalha 40 horas, é só uma questão de reconhecer esse período que ele está trabalhando de 40 horas. E isso não vai trazer nenhum prejuízo para o Governo. Muito pelo contrário. Esse professor, quando vai entrar para o quadro próprio nessas 40 horas, vai inclusive incorporar o valor que ele tem das 20 horas para as 40 horas. Então, é só uma mudança de regime. E para o professor esse é um grande benefício, porque hoje ele teria que fazer um outro concurso, passar por um estágio probatório daquilo que ele já vem fazendo há cinco, 10, 15 anos. Então é uma injustiça.

Acreditamos que essa negociação está bastante avançada e devemos ter, pela Secretaria da Educação, o entendimento, a negociação. Aguardamos da Secretaria da Administração e de outras Secretarias o aval para poder colocar em prática isso.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir desse momento que temos aqui na Casa já o projeto do Governo de revisão geral, atribuindo 5% de reposição para todos os servidores, queremos dizer que a Educação continua a sua luta. Por quê? A Educação, hoje, significa mais da metade dos servidores da ativa do estado, em torno de 60%, e o impacto do reajuste chega em torno de um terço do total do funcionalismo.

Então, tem alguma coisa errada. Somos a maioria dos servidores do estado e na hora da reposição salarial significa que temos aí um terço, o impacto na folha de pagamento dessa maioria, significa um terço do montante que vai para o funcionalismo do estado.

Estamos discutindo números com as Secretarias de Planejamento, Administração, da Fazenda e temos o orçamento da Educação, os 30% que permitem uma melhor valorização para os funcionários da Educação, para os professores. É possível repor essas perdas ao longo dos próximos anos. Acreditamos que este ano ainda será possível repor uma parte das perdas, porque o orçamento da Educação permite. A previsão de arrecadação para 2008 terá um acréscimo de 10% no mínimo, isso já reconhecido pela Secretaria da Fazenda aqui nesta Casa na última Audiência Pública. Temos a garantia dentro do limite da LRF. É evidente que temos responsabilidade, não queremos colocar o Governo em dificuldades. Mas, em relação à receita corrente líquida, não vamos ultrapassar o limite de gasto com pessoal.

O professor Lemos, que dirige com muita competência esse sindicato e toda a diretoria da APP-Sindicato tem nos representado muito bem. Teremos uma outra reunião prevista para a próxima quarta-feira e acredito que devamos avançar. Esperamos o apoio desta Casa e dos Parlamentares para as causas da Educação do nosso estado. Tenho certeza que a totalidade dos Deputados reconhecem a importância da Educação para a nossa sociedade.

Também esperamos o apoio desta Casa para a aprovação do projeto de lei que tratará do plano de carreira dos servidores da Educação. E dos demais projetos, de 180 dias de licença-maternidade; aposentadoria especial de Diretores e pedagogos. Que possamos votar e conceder esses benefícios para a Educação do nosso estado.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PP, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e professores que nos honram com suas presenças nesta tarde.

Alguns assuntos me trazem a esta tribuna no horário do PP.

O primeiro deles é informar que encaminhei um requerimento à Mesa, solicitando que o Projeto de Lei nº 097/08 seja encaminhado à Comissão de Saúde, conforme prevê o Regimento Interno desta Casa.

Pretendemos promover uma Audiência Pública para discutir esse projeto do Poder Executivo, que trata da criação de cargos em provimento para Diretores e chefias em hospitais. Assunto de interesse público, principalmente para os profissionais e usuários do SUS. E temos algumas observações a serem feitas sobre essa questão, principalmente no que se refere à defesa desses cargos em comissão, sejam preenchidos - esses novos cargos que o Governo irá criar na área da Saúde - através de concurso público, o que tornaria mais transparente e, certamente, mais eficiente o aproveitamento desses cargos em benefício da população paranaense.

Outro tema que me traz à tribuna: li nos jornais, hoje pela manhã, que o Governo do Estado está propenso a fazer uma espécie de minirreforma tributária. Na verdade, sempre achei que no Brasil a população paga tributos demais e recebe benefícios de menos por parte do Poder Público. Isso em todas as esferas: na esfera federal, nas esferas estaduais e nas esferas municipais. Portanto, toda iniciativa que vise debater a redução de tributos é uma iniciativa que, a princípio, deva ser vista com bons olhos. No entanto, o Governo terá que indicar as fontes de recursos para que, ao fazer essas reduções tributárias, não incorra em desrespeito à legalização maior do país, que é a legislação federal.

Aproveitando este ensejo, encaminhei um requerimento ao Secretário Estadual da Fazenda, Dr. Heron Arzua, solicitando que nessas reduções tributárias que estão previstas na área de alimentação, de higiene e de vestuário, seja incluída, também, a área de Saúde. No ano passado, o Deputado Alexandre Curi e eu estivemos conversando com o Secretário Heron Arzua e pedimos a redução para alíquota mínima do ICMS pago pelos hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia em relação à energia elétrica. Nós propusemos que seja feita a redução do ICMS de energia elétrica pago pelos hospitais filantrópicos e Santas Casas.

Para uma Santa Casa de um município do interior, para um pequeno hospital filantrópico de um município com 10, com 15 mil habitantes, essa economia, que pode variar de R\$ 80 a 150 mil ao ano, representa um recurso muito importante e bastante útil para investimentos na melhoria de equipamentos e na melhora, também, da

qualidade do atendimento à população. Portanto, entendemos que o Governo, até mesmo para ser coerente, ao propor redução de tributos na área de alimentação, de vestuário e de higiene, deve, também, fazer essa redução de tributos na área de Saúde, pois os hospitais, certamente, irão melhorar o atendimento à população mais carente, que é exatamente a população que depende desses hospitais filantrópicos.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Eu quero, ainda, fazer alguns complementos sobre esse assunto, mas gostaria de ouvir a opinião do nobre Deputado Cheida que é médico e, com certeza, tem muito a contribuir com este debate.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Deputado Ney Leprevost, é apenas um aparte para cumprimentá-lo. Quero dizer que as suas preocupações são extremamente oportunas e quero cerrar fileiras com seu pronunciamento e sua idéia.

Acho que o Governo propõe, hoje, mesmo que saibamos através da imprensa, apenas, até o momento, é de extraordinária envergadura, porque esse diferencial de aproximadamente 6% de renúncia do ICMS será um grande atrativo para outras empresas e, naturalmente, para ampliação da nossa economia e justiça social. É bem lembrado por V. Exa. que nas áreas de alimentação, higiene e vestuário devam entrar, sem dúvida nenhuma, a questão da Saúde. É claro que a questão da Saúde, quem sabe, o próprio Secretário Heron Arzua, talvez, já pense em contemplar alguns pleitos que foram feitos por V. Exa., mas mesmo assim, se não estiver pensando nisso quero que V. Exa. também disponha do meu pequeno apoio para que possamos juntos trabalhar para que isso aconteça.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Cheida. E sem dúvidas, necessitaremos do seu apoio, que não é um pequeno apoio, é um apoio muito importante, principalmente pela qualidade do serviço parlamentar que o nobre Deputado Cheida presta nesta Casa de Leis a todos os paranaenses e em especial à região norte do Paraná.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Gostaria de um aparte, Deputado
(Assentimento)

Para corroborar com V. Exa. e marcar a posição nesta questão dos impostos, mais precisamente do ICMS na questão de luz dos hospitais, onde nós, juntos, participamos de reuniões e muitos deles reclamando que no horário de pico de funcionamento alguns deles precisam até comprar geradores para que a conta de luz paga no

final do mês possa ser reduzida, para que esse investimento que sobra com essa economia, possa ser usada para a compra de medicamentos, para o pagamento de funcionários, de médicos.

Quero deixar aqui o posicionamento que o estado deve, sim, participar e deve, através da Secretaria da Fazenda, colaborar com essas Santas Casas e hospitais filantrópicos, para que sobre os recursos que já são tão escassos, para que o atendimento possa ser melhorado em todos esses hospitais.

Parabenizo V. Exa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado, Deputado Ribas Carli, e é bem verdade, o senhor esteve ao meu lado e do Deputado Alexandre Curi conversando com o Secretário da Fazenda no ano passado. Espero que o Secretário, diante dessas novidades, reveja a sua posição também em relação a este assunto.

Cabe lembrar que hoje 38% do produto interno brasileiro, ou seja, 38% de tudo o que a população brasileira produz de riquezas vai para as mãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, através dos mais variados tipos de tributos. Portanto, aos meus olhos, toda e qualquer reforma tributária é bem-vinda, mas creio que devemos realmente priorizar setores como alimentação, vestuários e principalmente a área da Saúde que é uma área fundamental para oferecer melhores condições de vida às camadas menos favorecidas da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PT, PSDB, PDT. PT, com a palavra Deputado Péricles.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero inicialmente saudar os professores, funcionários, dirigentes da APP-Sindicato que se fazem presentes nesta Sessão. Estiveram pela manhã em mais uma rodada de negociação com o Governo do Estado, acompanhados pelo nosso companheiro Professor Luizão. Infelizmente não participei, mas estive na praça com os professores e acho que essa negociação é histórica porque vivemos um momento muito particular no Brasil. Todos os olhos da sociedade brasileira se voltam para a Educação.

Há uma consciência muito profunda em cada um de nós de que uma das questões mais importantes para que o país possa dar um salto efetivo no desenvolvimento, diz respeito à problemática grave da Educação no Brasil. O Governo Federal, através do seu plano de desenvolvimento da Educação, coloca a Educação no

centro da problemática brasileira apontando soluções criativas para esse problema.

Estive em Brasília na semana passada com um Delegado representando a Assembléia na Conferência Nacional da Educação. Mais de 2 mil representantes. Uma conferência que foi precedida por conferências estaduais e municipais de todos os cantos do Brasil onde temas centrais foram discutidos e aprofundados, diretrizes apontadas para todo o país. Participei de algumas Mesas quanto à qualificação e a avaliação dos professores, onde fica claro de que não tem sentido se falar em avaliação, sem que ela esteja conjugada fortemente a um processo de qualificação continuada e permanente dos professores e funcionários das escolas brasileiras. À questão da carreira do Magistério, também grandes debates aconteceram, a situação da violência na escola, a cultura da paz. Foi um grande evento que traça as diretrizes para auxiliar o Governo, nos encaminhamentos da Educação.

Por isso, mesmo à questão da negociação salarial adquire uma importância maior do que em outros anos. Não faremos frente a essa problemática e o Brasil não vai se desenvolver como precisa, se os professores e os funcionários de Educação não receberem o tratamento digno que merecem. Ninguém suporta mais, professores trabalhando, às vezes, 60 horas por semana, para ter um salário, no mínimo, com dignidade. Isso afeta diretamente a qualidade da Educação. Cumprimos metas importantes. Universalizamos o acesso das nossas crianças no ensino fundamental, praticamente, no ensino médio também. Temos que fazer um desenvolvimento em profundidade, melhorando a qualidade da nossa escola pública. Tanto o Governo Federal quanto o Governador Roberto Requião avançaram muito em relação aos Governos neoliberais, que abandonaram praticamente as nossas escolas públicas. Percebemos em todas as nossas cidades muitas obras acontecendo, reformas, na informática, os professores já receberam o aumento e tiveram o seu plano de cargos e salários no ano passado. Mas isso é muito pouco.

Tenho certeza que o Governo do Estado saberá compreender esse momento importante, onde haverá o aumento diferenciado não só para os professores, mas também para os trabalhadores da Educação. Da mesma forma os professores da universidade paranaense e seus funcionários que também merecem um aumento, já tiveram o seu plano de cargos e salários - particularmente, os funcionários com nível superior tiveram um aumento importante - mas os docentes precisam ser olhados com carinho pelo Governo do Estado. Porque os professores das nossas universidades estaduais recebem bem menos do que os das federais. O professor tem que ter um salário minimamente digno, para se comparar ao funcionário com nível superior, ele precisa ter dedicação exclusiva, o que significa aumentar a sua carga de trabalho, para não ter outro emprego.

Sou professor da universidade de Ponta Grossa há bastante tempo. Hoje sou licenciado. Sei do drama em

que vivem os nossos professores. Conversando com a Secretária Lygia, ela me passou otimismo na semana passada, dizendo que o Governador Requião tinha lhe dito que vai procurar um percentual diferenciado também para os docentes das universidades, convencido pelos argumentos da Secretária, que os nossos professores merecem também um aumento diferenciado. Acompanhei uma rodada de negociação e ficou claro de que a receita do Governo do Estado do Paraná, no orçamento, aumentou bem mais do que o previsto, no ano passado. Tanto que sobraram recursos no final do ano, para fazer muitas obras. Esse ano, em uma análise em que o DIEESE fez, e os Secretários do centro do Governo de Planejamento, de Administração e Finanças também concordaram, que a receita vai ser bem maior do que a prevista. Além de que, como o Governo aumentou de 25 para 30% o percentual de gasto para a Educação, acho que ele tem toda as condições de seguir naquele caminho, de aumentar de forma diferenciada o salário para os professores e para os funcionários das escolas públicas e também para os docentes e funcionários das universidades estaduais do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Péricles, cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento, que acho bastante oportuno. Queria lhe indagar se não seria oportuno, neste momento, discutir dentro desses critérios novos, que talvez o Governo pesquise a questão da avaliação/desempenho da produtividade. Tenho comigo que em todas as camadas, não apenas em todas as esferas, não apenas no segmento público, mas na iniciativa privada, quando se remunera um cidadão, um camarada, um profissional, por seu desempenho, pela sua produtividade, as coisas mudam radicalmente de figura e se faz justiça com muito mais facilidade.

V. Exa. que é um expert nessa questão de Educação e sempre nos traz à Assembléia as questões do ensino, é que eu lhe faço esta indagação, porque se for, Deputado Péricles, está na hora, realmente, de fazermos, darmos um passo a mais e não apenas discutirmos a questão salarial do ponto de vista quantitativo, mas qualitativamente falando. É uma pergunta que faço a V. Exa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Acho importante o seu aparte, Deputado Cheida. Participei de uma mesa muito interessante em Brasília sobre avaliação e três formas de encarar o problema diferente, ideologicamente distintas. Fiquei impressionado com uma professora do nordeste, porque ela questionou muito essa sistemática que São Paulo está pretendendo fazer de pagar mais por desempenho para professores, que era mostrando a especificidade da problemática educacional, que é bem diferente, por exemplo, de um pedreiro que pode ter produção, do metalúrgico ou de outras carreiras, pela vinculação profunda que têm as

salas de aula e a escola com a problemática social. Ou seja, avaliar uma escola é muito mais do que avaliar o desempenho de um professor em particular, porque o que está embutido no processo educacional é um processo social profundo. Foi muito bonito esse debate. Não que possa existir uma avaliação de desempenho - claro, o professor que, individualmente, falta muitas vezes à escola, isto têm que diminuir, mas a avaliação verdadeira só pode se dar no contexto da qualificação permanente. O professor avaliado, coletivo também ou individual, mas desde que haja um substrato de qualificação profissional permanente, que ao professor sejam dados condições de ser, inclusive, avaliado. Condições na escola de infra-estrutura, condições pedagógicas gerais, condições de trabalho e condições de qualificação permanente.

Então, a avaliação não pode nunca estar longe, digamos assim, destacada de um processo de qualificação. É no processo de qualificação que o professor, do ponto de vista coletivo, pode ser avaliado verdadeiramente, o que não implica que possam existir também questões individuais. O que não podemos entender é que submeter a avaliação profissional uma questão de desempenho individual, estamos contribuindo só com isso para resolver a Educação, porque é muito mais grave a problemática educacional do que uma situação pessoal de desempenho.

Então, foi uma mesa muito interessante. Esta questão é uma questão realmente bastante profunda para que possamos dar um encaminhamento mais avançado para ela. Mas acho que a conferência aponta justamente neste sentido: avaliação vinculada à qualificação permanente dos nossos professores e demais trabalhadores da Educação.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB, PDT.

(Declinam)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, comunidade aqui presente.

Deputado Romanelli, semana passada - também o Deputado Elton Welter - semana passada fizemos uma cobrança aqui na Assembléia Legislativa sobre a questão da Boiadeira, mais uma cobrança de que o Superintendente não tinha nos recebido lá, não tinha dado certo a agenda dele conosco, que ele tinha marcado previamente. Mas hoje nós estamos de volta neste plenário, nesta tribuna, para mais uma vez falar da Boiadeira e dizer, Deputado Romanelli, dizer que o Superintendente David

Gouveia esteve aqui na Assembléia Legislativa na semana passada, junto esteve também em nosso gabinete diversas lideranças de Tuneiras do Oeste, Vereadores, ex-Prefeito, e também esteve o ex-Prefeito de Campo Mourão, o Deputado Jonas Guimarães também participou conosco da reunião e o que o David Gouveia, Superintendente do DNIT, nos trouxe de informação, porque a informação é importante para todos nós do Paraná, em especial os da região de Campo Mourão, de Cianorte, Umuarama e também Maringá.

Ele disse, Deputado Romanelli, que um dos trechos da Boiadeira será recommçado este ano ainda, ele deu o prazo máximo para recommçar em julho, dentro de 90 dias, segundo ele. Aqui eu tenho as fotos e mostrei a ele, de como está a situação da Boiadeira na região. Ele assumiu o compromisso e eu quero acreditar, Deputado Romanelli, quero acreditar na palavra do Superintendente David Gouveia que vai recommçar.

Deputado Luizão, V. Exa. que representa a liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, é uma obra federal, o DENIT é um órgão federal, portanto ligado ao Governo Federal, onde é exercida a presidência por um integrante do Partido dos Trabalhadores, e queremos acreditar que ele veio aqui e falou a verdade. Então, vamos dar um voto de confiança para que ele recommce essas obras a partir de julho. Vamos aguardar e torcer para que recommce porque será importante para a nossa região.

Tenho aqui hoje a visita de dois Vereadores de Campo Mourão, Sidney Jardim e Edson Lima, estão conosco e quero acreditar que o Superintendente do DENIT falou a verdade e ele deu um prazo de dois anos para toda obra estar concluída. Uma obra de diversos quilômetros que há mais de 30 anos está paralisada, várias lideranças vêm cobrando esta obra ao longo destes anos e nós estamos reforçando essa cobrança. Por isso, vamos dar uma trégua aqui nesta tribuna, por um período, para aguardar e confiar na palavra do Sr. David Gouveia que esta obra será recommçada até julho e tem um prazo de 2 anos para terminar. Se não recommçar até julho, quero acreditar que não precise fazer isso, aí vamos mobilizar muito mais lideranças e vamos a Brasília e quero pedir apoio do Deputado Luizão que é líder do PT para cobrar do Presidente, porque aí imagino que não dá mais para falar com o Superintendente.

Por isso vamos dar uma trégua, Deputado Romanelli, V. Exa. que tem nos ajudado na cobrança dessa obra, Deputado Jonas Guimarães, Deputado Nelson Justus, que é o Presidente e também tem votos na região. Essa obra é uma obra importantíssima. O Superintendente David Gouveia assumiu o compromisso, estará agora dia 25 lá na região para se reunir com as lideranças da região para que consigamos realmente recommçar essa obra.

Por último reforçar aqui, tem o projeto que vem do Governo ampliando salário-mínimo regional e nós fazemos aqui oposição a Governo, mas achamos um projeto

importante e por isso vamos votar a favor desse projeto. Lembrando que quando um projeto beneficia a população nós temos a postura de votar a favor do projeto para ajudar, não ao Governo, mas a população. E quando um projeto que chega aqui nesta Casa contrário aos interesses da população, como foi do IPVA, do aumento de impostos no ano passado, nós temos a postura, não só de votar contra, mas de trabalhar contra para que estes projetos não sejam aprovados e naturalmente não prejudiquem a população.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do Bloco PR/PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi na semana que passou uma sugestão que achei muito importante. As cidades de hoje precisam, antes de mais nada, serem planejadas. O mais importante hoje é o planejamento, principalmente viário das cidades.

As cidades com essas facilidades colocadas pelas montadoras, o número de veículos tem aumentado consideravelmente nas grandes cidades do Paraná. A nossa cidade de Ponta Grossa tem estado estagnada, com situação difícil devido ao número, que aumentou, de veículos. Como é uma cidade antiga, uma cidade que não foi planejada como foi Maringá, da Deputada Cida Borghetti e outras cidades, até pela situação geográfica de Ponta Grossa, pela questão que envolve o nosso terreno, temos dificuldade hoje no que se refere às avenidas e ruas.

Por isso, por sugestão de uma pessoa muito importante de Ponta Grossa, vou apresentar na próxima semana um projeto de lei, que espero receber o apoio dos Srs. Deputados no sentido que possamos proibir que nas grandes cidades do Paraná, com mais de 100 mil habitantes, se possa proibir que o estado financie obras ao longo das antigas estradas de ferro, a linha de trem. Ponta Grossa é uma cidade que tem pelo menos em três direções estradas de ferro desativadas. Automaticamente ali já se constrói acessos viários, que são importantes, mas o que queremos é proibir a construção de obras que possam, num futuro próximo, obstruir daqui a 50 anos, por exemplo, um trem moderno que possa vir.

A sugestão é do professor Satirun, conhecedor, historiador da cidade, que sugere que a cidade se planeje para daqui a 100 anos. Daqui a 100 anos não estaremos aqui, mas a cidade vai estar. Então o que cabe ao legislador estadual fazer? Cabe sugerir, fazer uma lei, proibir o estado de financiar - os municípios financiam essas obras - proibir o estado de financiar a chamada obra que vai ficar no leito da antiga estrada de ferro que hoje é apenas um sistema viário de acesso ao centro.

O Deputado Péricles sabe disso, foi Prefeito, temos três regiões pelo menos e uma quarta que possa acontecer na sequência, que já estão desativadas e que hoje são acessos ao centro, mas que infelizmente o nosso Prefeito lá em Ponta Grossa, hoje, quer fazer obras faraônicas numa delas: R\$10 milhões numa obra, a construção de um grande ginásio de esportes dentro desse leito da rodovia.

Sou totalmente contra, porque entendo que esses locais devem ser preservados. Preservados para o futuro, porque aqui em Curitiba hoje se fala do trem e se tem a dificuldade de ter um caminho sem obstrução. Por isso que eu penso, daqui a 100 anos, pode acontecer em 50 anos, 70 anos, 80 anos, possamos deixar isso planejado para que os próximos jovens Prefeitos possam pensar nisso, porque daqui a 50 anos a população vai aumentar, a população vai triplicar e certamente o futuro não será dos automóveis, e sim do velho trem, que fazia os acessos ao centro.

Como Ponta Grossa é uma cidade essencialmente ferroviária, ela tem uma importante colocação nesse pedido que estou fazendo aqui e esse projeto que vou colocar, que é uma sugestão do professor Satirun, Deputado Péricles, que V. Exa. conhece, que me mandou uma correspondência me chamando a atenção para isso. Como eu não sou Vereador Municipal, como não sou Prefeito, poderia colocar isso no Plano Diretor, podemos pensar nisso. Estou impossibilitado, mas apresento uma lei que proíbe o estado, que é o maior financiador dessas obras, de financiar obras desse porte, que obstruam a linha do trem que está desativada, mas que ao mesmo tempo não proíbe de fazer no Paraná inteiro obras do sistema viário. Porque a obra do sistema viário pode acontecer, V. Exa. fez e eu achei perfeita. Agora, não pode é obstruir com uma obra de 10 milhões, porque se não, depois, daqui 50 anos, por onde vão andar os nossos filhos, os nossos netos? Isso é uma obra de futuro!

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Parabéns por esse assunto, Deputado. A ALL tem alguma coisa a ver com isso?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não! Ela não é dona mais dos terrenos.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Precisamos mexer com a ALL. Se formos procurar lá no fundo, a ALL tem alguma responsabilidade, principalmente das estradas de ferro desativadas, principalmente pelo norte pioneiro.

Não estaria na hora de se colocar no PAC a construção do trem-bala Curitiba/Ponta Grossa? Será que é sonhar muito alto?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado, essa obra que estou falando não tem nada a ver com a ALL. Esse trecho já pertence ao municí-

pio de Ponta Grossa e o que estamos querendo é preservar. Pertence ao povo de Ponta Grossa.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Tenho que lhe confessar aqui uma coisa: sinto até vontade de me candidatar a Prefeito quando se fala nesse assunto. Você sabe que não vou ser. Parabéns ao senhor. O professor Satirum era Diretor e marcou época em Ponta Grossa quando foi Diretor. O que aconteceu em Ponta Grossa, Deputado Jocelito? Jaime Lerner, que todo Brasil respeita como urbanista, quando Oto Cunha era Prefeito, fez um projeto muito bonito para a ocupação da área da rede. Ele preservava um trilho e fazia um trem turístico, o Maria Fumaça. Seria um passeio turístico que só Ponta Grossa teria no Paraná.

Infelizmente o atual Prefeito, quando foi Prefeito pela primeira vez rasgou e tentou vender aquela área para um Shopping Center. Felizmente conseguimos uma resistência na Câmara. Paulo Cunha veio e fez o parque que também obstruiu de uma forma ou de outra.

É fundamental, Deputado Jocelito, porque o trilho é como se fosse o rio. Ao mesmo tempo em que ele é obstáculo, ele tem uma função de locomoção. A função diária é fundamental. É a mesma coisa que fechar um rio. Você fecha um trilho, você perde, é uma função história na cidade.

Aqui em Curitiba você vê pistas de caminhadas, ciclovias, depois pode haver uma obra viária.

Parabéns pelo seu projeto. Agora mesmo o senhor falou da administração atual de Ponta Grossa, que quer fazer um enorme ginásio de esportes, obstruindo mais um pedaço da área que é da Rede. O senhor está de parabéns. Esse é um assunto que merece destaque, inclusive no processo de discussão das eleições municipais de Ponta Grossa. O senhor coloca muito bem o problema que a nossa cidade é uma preciosidade nessas questões, porque tem trilhos, tem terrenos vazios na cidade, patrimônio histórico. Parabéns!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado. O senhor já foi Prefeito e sabe da importância daquilo que estou falando. Quem não prepara o futuro, jamais vai poder ter uma grande cidade. Temos ainda condições de segurar essas rodovias, esses acessos, leitos antigos da rodovia para que daqui a 50 anos alguém possa fazer esse trem. O que temos que fazer é preservar aquilo que o Deputado colocou muito bem: a linha de um trem é um rio que não pode ser obstruído.

Vou fazer esse projeto na próxima semana e acho que é um projeto de importância para todos nós de Ponta Grossa e vai servir para outras cidades.

Londrina tem, acho que Maringá também tem. Não sei se tem. Ponta Grossa é tipicamente perfeita para isso. Fica a sugestão de planejar aqui para o futuro.

Eu iria falar sobre Segurança e estou com os contracheques dos policiais aqui. E eu queria falar de um outro

projeto que estou propondo aqui que também tem a ver com a Segurança.

Hoje é um trem, não o trem da ALL. A ALL não é nada comigo, não peguei dinheiro da campanha da ALL. Aliás, nunca peguei. Meu negócio é cuidar do rio chamado Linha do Trem, Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Sr. Presidente, a impressão que deu, Deputado Jocelito Canto, é a de que eu o acusei de relações com a ALL. Não. Longe disso! Com preocupação, mesmo. Eu não sou humorista. Não tenho vocação para piadista.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, está perdendo a oportunidade.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Não, não! Acho que V. Exa. vai melhor ainda. Não tenho esta vocação. Que coisa! Incrível! Sempre tive pela pessoa de V. Exa. o maior carinho, o maior respeito. E eu falei de maneira séria. Tanto é que esta questão do trem eu já conversei inclusive com o Deputado Péricles de Mello. Pergunte a ele.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança da Oposição: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Faço uso do horário da Liderança da Oposição para cumprimentar os nobres Deputados que fazem parte da Oposição pela vitória na Justiça. Não somente ao nosso Líder, também a ele, mas a todos os Deputados que se dedicam todos os dias para trazer aqui denúncias de irregularidades, também um trabalho sério, no sentido de fazer com que o Governo do Estado entre na linha. E desta maneira estamos satisfazendo, tenho certeza absoluta, o estado do Paraná e seus cidadãos.

Hoje gostaria de falar a respeito de mais uma ação na Justiça, que suspende o leilão para contratação de publicidade oficial do Governo do Estado do Paraná. Há algumas semanas atrás usei da tribuna do Governo para falar a respeito deste leilão. Falei que o leilão nacional tinha sido dirigido. Foi o jornal do Quêrcia que ganhou a licitação. Foi o único concorrente. E no dia seguinte já lançou o Governador Roberto Requião à presidência da república. Vai receber R\$ 4 milhões e já mudou a linha editorial no dia seguinte.

Depois falei que iria acontecer uma grande lambança no segundo edital, no edital estadual. E foi, realmente, o que aconteceu, a lambança da Secretaria de Comunicação Social. E ontem saiu a liminar da Justiça,

que suspende este leilão por considerá-lo irregular, ilegal e dirigido. Foi, pelo menos, a opinião do Juiz Dr. Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas.

Queria dizer que acredito muito na Justiça. A Justiça tarda mas não falha. E esta Bancada de Oposição, pelo fato de termos, por diversas vezes, encaminhado pedido de informações ao Governo do Estado, e por diversas vezes estas informações nos foram negadas, tivemos a coragem de acionar a Justiça. E estas ações, agora, estão começando a aparecer.

Portanto, a vitória da Oposição, nesta tarde, pelo fato de conseguirmos a liminar na Justiça, que vai nos conceder o direito à informação, como qualquer cidadão, aos cartões corporativos utilizados pela Secretaria de Comunicação e outras informações que solicitamos aqui na Assembléia Legislativa, é um marco.

Também com relação a esta liminar que saiu ontem suspendendo o leilão, gostaria de dizer que tenho aqui em minhas mãos os PADVs, Deputado Rusch, recebo os PADVs no meu gabinete das publicações da SANEPAR, dos órgãos públicos da Secretaria da Comunicação, e aqui tenho em minha mão um PADV da SANEPAR, de emissão do dia 11 de abril para publicação no dia 16, justamente nos órgãos de comunicação que estariam concorrendo nesse edital, nessa licitação, nesse leilão que foi suspenso pela Justiça, ou seja, prova-se que o Governo realmente estava dirigindo esse leilão. Aqui estão os documentos, e também vou fornecer cópias para a imprensa e para os Srs. Deputados, os senhores poderão constatar que essas veiculações aconteceram da maneira que estão expostas nesses documentos. Portanto, esses meios de comunicação já estavam constituindo um consórcio para vencer o leilão suspeito, que graças à Justiça foi suspenso na tarde de ontem. Portanto, não foi por falta de aviso, porque quando subimos naquela tribuna falamos a respeito desse problema, falamos que essa licitação seria dirigida. E foi o que aconteceu.

Então, é apenas um registro e mais uma vez parabéns a todos da Bancada da Oposição. Parabéns pela vitória na Justiça.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para comentar alguns dos pronunciamentos havidos aqui nesta Sessão Plenária desta tarde de quarta-feira. Mas o fato é que os pronunciamentos são muito variados, e sobra pouquíssimo tempo para que nesses 10 minutos que dispomos aqui nessa tribuna possamos responder aos temas que são levantados.

Mas quero aqui pontuar algumas questões, a começar pelo Deputado Marcelo Rangel. Deputado Marcelo Rangel, entendo que o Governo, para ser bom, tem que respeitar o estado democrático social de direito que vivemos, e na democracia é dessa forma que funciona, ou seja, o Poder Judiciário de fato, pelo artigo 5º da Constituição, é franqueado a todo cidadão recorrer de qualquer decisão que possa ser tomada no âmbito do Poder Executivo, ou mesmo o Legislativo, ou seja, é um direito da cidadania. É claro que os Juízes tomam decisões que sempre são no sentido de, com muita cautela, decidir o tema. Então, certamente a decisão foi tomada. Dessa decisão cabe recurso e o Governo, por certo, tomará as decisões que forem obviamente importantes.

Mas quero dizer que eu ouvi aqui hoje o Deputado Reni Pereira falar sobre a reforma tributária. E olha, Sr. Presidente, sinceramente, ele não leu e não gostou. Por quê? Porque a idéia da reforma tributária que está sendo discutida pelo Governador Requião, pelo Secretário Heron Arzua e pelo Deputado Federal, tributarista, Luis Carlos Haully, do PSDB, é uma proposta tributária avançada, no sentido de desonerar o setor produtivo do nosso estado e vincular a arrecadação àquelas questões que são essenciais e que, de fato, dão resultado.

A idéia é beneficiar o setor produtivo. O Governo está fazendo um estudo, uma simulação. Se fizer uma modificação nessa estrutura que temos, especialmente, naqueles produtos que mais receita geram de ICMS e, ao mesmo tempo daqueles produtos que têm substituição tributária, o quanto que isso pode significar, porque vai diminuir a base de cálculo do ICMS para o conjunto das empresas e indústrias paranaenses.

Entendo que esta Casa tem que debater esse tema sem essa paixão acelerada. Até entendo a posição do Deputado Reni Pereira, porque ele é auditor fiscal e tem uma posição conceitual sobre esse tema. Mas é necessário reconhecer uma reforma tributária que desonere o setor produtivo, é fundamental. Temos que diminuir mesmo essa estrutura, liberar as empresas. Se for boa a reforma será votada e aprovada.

Para se falar em reforma tributária ela deve ser neutra. Não pode gerar mais receita. O cidadão já está cansado de pagar imposto.

O que o Governador Roberto Requião está fazendo é muito importante. O mais interessante é que a idéia inicial desse projeto é do Deputado Federal Luiz Carlos Haully.

Quero pontuar aqui duas questões que também são importantes.

Primeiro em relação a essa nova fase do cartão corporativo. Cartão corporativo aqui no Paraná é diferente do cartão do Governo Federal. Aqui ele serve, exclusivamente, para pagar as diárias, alimentação dos servidores. Primeiro é aprovado um plano de viagem pelo setor de recursos humanos. O ordenador autoriza e, no retorno, o servidor faz um relatório de viagem prestando contas do dinheiro recebido.

Estou a mais de um ano desafiando a Oposição para que me apresente uma irregularidade e até hoje nenhuma.

O fato é que ninguém utilizou o cartão para pagar conta telefônica.

Por último, quero dizer a Audiência Pública de ontem sobre o porto de Paranaguá.

Ontem discutimos os temas. E o que verificamos? Temos uma questão objetiva que envolve a dragagem e teremos uma solução num prazo muito curto.

E, ao mesmo tempo verificamos a fantástica gestão que está sendo realizada pelo Eduardo Requião.

Os números são fantásticos, eficientes. Um porto que tem uma capacidade de 30 milhões de toneladas de movimentação de carga, está operando com 38 milhões. Cresceu de forma fantástica em todos os setores, diversificando e aumentando. Nosso porto é um grande exemplo. Um porto que tem um caixa, hoje, de mais de R\$ 350 milhões. É um porto que tem demonstrado grande competência. Tem problemas pontuais? Sim, mas reconheçamos, é extremamente eficiente e competente a administração que está sendo realizada no porto de Paranaguá.

Nós vamos superar, claro, as dificuldades. Vamos enfrentar essas máfias que controlam as empresas de dragagem neste país e, certamente, vamos ter a capacidade de continuar tendo o melhor porto público do país, que é exemplo e modelo para nosso estado e para nosso país.

É isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Presidente.

(**Assentimento**)

Antes da votação da Ordem do Dia, Sr. Presidente, solicitaria chamada nominal, uso do painel, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Na hora da votação, faremos a chamada nominal, Deputado.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 089/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo ao Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, a realização de estudos para inclusão do cultivo de seringueira nas chamadas reservas legais obrigatórias na região geológica do Arenito Caiuá. À **Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 090/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Paraná, a implantação de mini-usina de biodiesel na Região Sudoeste do Paraná. À **Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Atendendo à solicitação do Deputado Pastor Edson Praczyk, solicitamos ao Deputados 1º Secretário Chico Noroeste que, por gentileza, proceda à chamada nominal.

Os Srs. Deputados não precisam responder à chamada, apenas digitar suas senhas no painel. Com a palavra o Sr. Deputado Chico Noroeste.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito aos Srs. Deputados que digitem suas senhas, por favor.

Há quórum para procedimento da votação. Estamos com 31 Srs. Deputados presentes.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/08, que reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/08. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ ÀS EMENDAS NºS 01, 02, 03 E 05 E FAVORÁVEL À EMENDA Nº 04.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 116/08

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se o projeto de lei em epígrafe de mensagem do Sr. Governador do Estado do Paraná, *Reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2008.*

Aprovado o relatório de minha lavra nesta Comissão de Constituição e Justiça, em 08 de abril do corrente, o projeto de lei em apreço foi enviado a Comissão de Finanças onde também recebeu parecer favorável, conforme parecer do Deputado Dobrandino da Silva.

Indo a Plenário no dia 22 de abril de 2008, recebeu as seguintes emendas:

- Emenda nº 01 - Emenda Aditiva - Autoria: Bancada de Oposição.

“Art. 4º Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar vencimento básico e soldo, respectivamente, igual ou superior ao piso salarial previsto no inciso I, do artigo 1º desta lei”.

- Emenda nº 02 - Emenda de Plenário - Deputado Antonio Belinati.

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de abril de 2008”.

- Emenda nº 03 - Emenda de Plenário - Deputado Mauro Moraes.

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos policiais militares e civis, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 010/08, do Poder Executivo.

Art. 2º Estende-se esse reajuste aos policiais civis e militares aposentados.”

- Emenda nº 04 - Emenda de Plenário - Deputado Reni Pereira e outros.

“Art. 5º Revoga-se a Lei nº 15486, de 1º de maio de 2007”.

- Emenda nº 05 - Emenda de Plenário - Deputado Mauro Moraes.

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos professores do ensino médio, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 010/08, do Poder Executivo.”

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Srs. Deputados, as Emendas de nºs 01; 03 e 05, que estendem o aumento do piso regional aos servidores públicos estaduais conforme especificam, não encontram guarida na Constituição Estadual.

Ferem primeiramente o inciso I, do artigo 66 e I, do artigo 68 que estabelecem:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Legislativo ou aumento de sua remuneração;

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

As emendas em apreço também não coadunam com o estatuído no artigo 137, do mesmo diploma legal que reza:

Art. 137. A despesa com pessoal ativo e inativo do estado não poderá exceder dos limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

Srs. Deputados, as famigeradas emendas, também estão em desacordo com a Lei Complementar nº 101, de 04/04/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz:

DA DESPESA PÚBLICA
SEÇÃO I
DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 182 da Constituição.

SUBSEÇÃO I DA DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instituídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do parágrafo 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no parágrafo 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no parágrafo 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no parágrafo 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

SUBSEÇÃO II DO CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo Único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20.

Com relação a emenda modificativa de autoria do Deputado Antonio Belinati - Emenda nº 02, também somos pela rejeição tendo em vista que a grande maioria das empresas já efetuou o fechamento da folha de pagamento do mês de abril, o que por si só acarretaria infrações da legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como provocando riscos à saúde financeira das empresas.

Já quanto a Emenda nº 04, de autoria do Deputado Reni Pereira e outros, somos pela sua aprovação, haja vista que ela contempla a boa técnica legislativa, estando de acordo com o contido no artigo 9º da Lei Complementar nº 095, de 26/02/98.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, não estão obedecidos os preceitos constitucionais e infraconstitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa, com relação às Emendas de nº 01, 03 e 04 ao Projeto de Lei nº 116/08.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário às Emendas de nºs 01, 02, 03 e 05, sendo favorável à Emenda nº 04.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Caíto Quintana, Francisco Bühner, Edgar Bueno, Douglas Fabrício e Luiz Claudio Romanelli.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que por gentileza leia as emendas para que possamos apresentar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

(Passa a ler as emendas aditivas de Plenário nº 04, 01, 02, 03 e 05).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência esclarece aos Srs. Deputados de que fizemos questão de ler todas as emendas e passamos às mãos de V. Exas. o parecer de todas elas. Portanto, V. Exas. têm, além da publicação na Ordem do Dia das emendas lidas há pouco pelo Secretário, têm também em mãos o parecer das emendas. Recebemos parecer contrário da Comissão de Justiça às Emendas nºs 01, 02, 03 e 05 e parecer favorável à Emenda nº 04.

Há sobre a mesa, Requerimento nº 837, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas de Plenário nºs 01, 02, 03 e 05 constantes no Projeto de Lei nº 116/08, da Ordem do Dia da presente Sessão.

Portanto, coloco em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Não tenho condições de dar encaminhamento a um requerimento que não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê o requerimento)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de ter uma cópia, para que eu não me equivocasse nos números das emendas.

Sr. Presidente, este requerimento aqui, trocado em miúdos, é um verdadeiro absurdo. Deputado Luiz Carlos Martins, estão querendo votar emendas que tratam de questões diferentes, em bloco. Quer dizer os que somos a favor - assim fala o Governo, imagine a figura do Governo - os que somos a favor, votamos SIM; os que somos contra, fazemos um bloco e arrasamos, terra arrasada.

Temos aqui emendas que tratam de assuntos diferentes. Por exemplo, tem uma emenda que diz seguinte: queremos que seja estendido o salário-mínimo regional ao soldo ou a todos os servidores públicos que por uma eventualidade recebam menos que o salário-mínimo.

O que estamos dizendo com esta emenda? Queremos fixar o mínimo, porque todos têm que ser tratados iguais perante a lei. O servidor público ou o servidor da iniciativa privada devem ser tratados igual.

Então, cito aqui um exemplo, tenho uma tabela aqui, quando falo de salário estou falando, por exemplo, Polícia Militar, soldo.

Quando estou falando de salário, Deputado Luiz Carlos, Deputada Cida, estou falando aqui então para não gerar a polêmica de ontem: Soldado de 1ª Classe, soldo R\$ 304, quer dizer, o salário do policial militar é R\$ 304. Nós não desconhecemos, Deputado Romanelli, não desconhecemos que há adicionais que chegam a um valor de 1.600.

O que queremos dizer com isso? Na iniciativa privada também existe isso - estamos fixando hoje - o salário-mínimo regional diz o seguinte: na empresa do Elio Rusch,

os trabalhadores da empresa do Elio Rusch não poderão receber menos do que o salário-mínimo regional. Se ele tiver adicionais de insalubridade, hora extra, gratificações, vai em cima do salário-mínimo regional.

Eu pergunto, Deputado Belinati: por que é que nós temos que tratar o trabalhador da iniciativa privada de uma forma e o servidor público de outra? Por que não podemos restabelecer aqui o soldo, um exemplo que eu tenho aqui, o soldo da Polícia Militar, fixar o salário-mínimo regional, depois que venham os aditivos, os adicionais?

E aí vem o Governo, e aí através do Líder do Governo, imputa a nós um requerimento, eles não querem discutir as emendas, nós temos cinco emendas, Deputado Duílio Genari, cinco. Quantos minutos precisamos para discutir essas emendas? Vinte minutos, meia hora? Não têm nenhum problema. Ficamos ontem aqui até às 10h da noite. Agora, o que não podemos aceitar, Deputado Nelson Justus, é esta votação em bloco.

Quando formos votar em bloco nós teremos direito de encaminhar. Mas, se for derrubada uma emenda, serão derrubadas as outras quatro também - a emenda do Deputado Belinati, do Deputado Reni Pereira têm um tratamento diferenciado, porque o Governo concordou, porque foi uma falha legislativa, eles esqueceram de colocar, e o Deputado Reni corrigiu o seu projeto, mas corrigiu na parte legislativa - nós queremos corrigir os equívocos de tratamento. Não podemos tratar as pessoas de forma diferente. O servidor público e o trabalhador da iniciativa privada são iguais perante a lei e perante a lei todos têm que ser tratados igualitariamente.

Por isso uma das emendas que eu me apego, que está aqui no requerimento, e estamos passando a obstruir agora - por que de obstruir? Vamos votar emenda por emenda. Deputado Belinati, se V. Exa. quiser encaminhar a sua emenda aproveite agora, porque depois sabe qual é a forma disso aqui? É uma forma da presa. Por que discutir emenda por emenda? Não precisa. Passamos por cima da Oposição, vota-se e acabou-se. Deixo aqui o registro: o Parlamentar que for favorável a votação em bloco a sua emenda está indo por água abaixo. O Deputado que for contrário ao requerimento encaminhe agora, senão não teremos oportunidade.

Então, Deputado Nelson Justus, tudo que pudermos fazer aqui regimentalmente para ir em busca das nossas emendas, nós o faremos, dentro do Regimento e dentro do respeito, mas é um direito nosso e nós não aceitamos esta posição de rolo compressor, não aceitando discutir emenda por emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seu direito será respeitado, Deputado Rossoni. Apenas quero explicar, antes que o Deputado Romanelli encaminhe, estamos discutindo e o Deputado Valdir Rossoni encaminhou o requerimento. Quero explicar aos Deputados proponentes das emendas que nada impede, em momento algum, nada impede que no momento que

formos votar, mesmo que seja em bloco e o Regimento prevê isso, que os Deputados encaminhem as emendas individualmente. O Deputado Belinati naturalmente irá encaminhar a sua emenda, o Deputado Reni Pereira irá encaminhar a sua emenda, nada impede que se encaminhe. O que se está votando agora é o requerimento para que votemos em bloco as quatro emendas que receberam pareceres contrários da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero apenas dizer o seguinte: requeremos a juntada das emendas porque elas tratam do mesmo tema. Se não fosse assim claro que regimentalmente V. Exa. nem aceitaria o requerimento. Quero informar aos Srs. Parlamentares que entendo que deve ser discutido no processo de votação das emendas porque elas são da mesma natureza e foi por essa razão que encaminhamos o requerimento e pedimos que sejam votadas em bloco. A própria CCJ já o fez dessa forma!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encareço aos Srs. Deputados que façam os encaminhamentos quando formos votar as emendas. Agora estamos votando o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, quero colocar a V. Exa. que estou encaminhando à Mesa um requerimento de destaque para a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Naturalmente iremos votar o destaque depois de apreciarmos o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que qualquer Deputado tem o direito de pedir a votação em bloco de emendas, a exemplo daquilo que já aconteceu aqui na Casa de votar até os vetos em bloco. Mas eu entendo, diante do objetivo das emendas propostas pelos seus autores, tanto pelo Deputado Mauro Moraes que propõe uma emenda para uma classe de funcionários do Estado, outra emenda atinge outra classe dos funcionários, a emenda da Oposição tem outro objetivo, propõe exatamente um salário uniforme, o mínimo. Então, nada melhor, Deputado Romanelli, que V. Exa. retirasse esse requerimento que pede a votação em bloco para que pudéssemos votar emenda por emenda e encaminhássemos emenda por emenda. Agora, se votarmos em bloco as emendas teremos o tempo regimental de 10 minutos para encaminhar as quatro emendas que fazem bloco, que são objeto do requerimento que pede a votação em bloco.

Entendo, Deputado Romanelli, que a boa técnica legislativa nos ensina. Votar em separado, eu não vejo motivo, Deputado Romanelli, de votar em bloco. Vamos votar as emendas em separado, já que têm objetivos diferentes. Até para que as pessoas que estão aqui no plenário ou que estejam nos assistindo em casa possam entender aquilo que efetivamente estamos votando. Se não, de repente vão dizer: “Vocês estão votando numa votação só a emenda que se refere ao Magistério, à Polícia Militar, ao salário-mínimo, ao soldo. São coisas totalmente distintas.”

Espero que o Deputado Romanelli, que está conversando com o Presidente da Casa, que possam chegar nesse entendimento de retirar esse requerimento, e nós possamos apreciar os outros requerimentos que serão apresentados, que pedem destaque para a votação. Assim, estaremos cumprindo aquilo que o próprio Regimento Interno nos ensina, mas que acima de tudo a boa técnica legislativa faz com que o Parlamento as cumpra, porque somos regidos através de normas parlamentares. E as normas parlamentares fazem com que tenha que haver um Regimento. E o que é que nós seguimos? É o Regimento Interno, ele sempre tem que ser respeitado.

Alguém já disse: “A maioria vota e a minoria espera”. A democracia tem nos ensinado isso. Respeita-se a vontade e a decisão da vontade. Se a maioria do Parlamento decidir que se vota em bloco, vota-se em bloco.

Mas espero que a maioria do Parlamento não opte por esse lado. Que venhamos optar e que possamos discutir separadamente emenda por emenda, para que fique bem claro qual é o objetivo de cada autor e aquilo que as emendas procuram fazer para aperfeiçoar ou de repente para beneficiar determinadas categorias que fazem parte do quadro geral do estado do Paraná.

Espero que o autor do requerimento possa retirá-lo. Caso ele não retire, que venhamos a rejeitar esse requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estou subindo nessa tribuna para exercer um direito regimental, democrático, aqui na Assembleia Legislativa. Dizer que sou terminalmente contra esse requerimento de votação em bloco das emendas. E vou tentar traduzir em linguagem popular o que quer dizer. São cinco emendas importantes que têm o meu total apoio. Todas as cinco. E são assuntos diferentes. Na primeira emenda da Bancada da Oposição fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo, respectivamente igual ou superior ao piso salarial previsto no inciso I.

Ou seja, o que estamos querendo, estamos batallhando e lutando, é que o soldo dos policiais civis e militares tenha o mesmo valor do salário-mínimo regional, pois o soldo, hoje, é um pouco mais de R\$ 300. Está irregular e até mesmo o Secretário da Segurança confirmou isso. Portanto, chegou o grande momento, o momento da batalha. E regimentalmente, podemos, sim, encaminhar

nossos minutos quando forem necessárias todas as emendas, uma por uma, até esgotar todas as nossas possibilidades. E podemos ficar aqui até meia noite, não há problema. Eu tenho disposição.

A segunda emenda, do Deputado Antonio Belinati, também tem meu apoio e vou encaminhar também, quando chegar na sua emenda, porque acho de extrema importância.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 1º de abril de 2008. Vou encaminhar favoravelmente. É uma outra emenda, um outro assunto.

A terceira emenda, também sou favorável, do Deputado Mauro Moraes: *Sobreponha-se um percentual de 19% aos policiais militares e civis.* E ainda tem uma outra emenda, que fala também sobre reajuste: *Sobreponha-se o percentual de 19% aos nossos professores, do ensino médio.*

O Deputado Elio Rusch falou o seguinte: “A maioria vota a minoria esperneia”. Mas, se for preciso vamos espernear, em nome dos soldados, dos professores, vamos sim, até altas horas da noite, não há problema.

A Emenda nº 05, também do Deputado Mauro Moraes: *Sobreponha-se o percentual de 19% aos professores de ensino médio, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com a mensagem.*

Começou a batalha! Na minha opinião, senhores, é que votar em bloco estas emendas é uma articulação política, como a Bancada do Governo está se articulando para derrubar estas emendas, nós da Oposição, também podemos nos articular, no sentido de utilizar todo tempo necessário, regimental, para entrar em processo de destruição, para que consigamos os nossos efeitos. Pelo menos é isso. E se depender de mim, estarei presente aqui na tribuna todas as vezes que for necessário.

Era isso, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati, por cinco minutos improrrogáveis, para todos os Deputados. São cinco Deputados apenas, que podem encaminhar. Já encaminharam os Deputados Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Elio Rusch, Antonio Belinati. Apenas mais um Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Daqui ouço apoiado. É bem provável que o rolo compressor vá fazer prevalecer - como é natural, até faz parte do jogo democrático - vai fazer prevalecer sua força. Nós somos uma Bancada de gente entusiasmada, nosso grande Líder, Deputado Valdir Rossoni, com toda esta vibração e empolgação, mas somos minoria nesta Casa.

Entretanto, Sr. Presidente, eu diria que é um apelo sentimental: a cada Parlamentar desta Casa, independente se é a favor ou contra o Governador Roberto Requião,

mas que pudéssemos, no exercício democrático do mandato que o povo nos conferiu, votar emenda por emenda separadamente. Porque é um absurdo botar tudo num pacote e querer passar a guilhotina num único aperto de botão para cortar a cabeça da Oposição.

Então, são cinco emendas. Tem emenda que não tem nada a ver com o objeto da outra emenda. E o que pode acontecer? De repente vamos admitir que a Bancada do Governador Requião resolva aprovar as suas emendas. Mas dentro da própria Bancada do Requião pode ter esse ou aquele Deputado: “Puxa, eu votei a favor, mas tem uma emenda ali que eu até não era favorável, acho que ela não é boa.” Então, Presidente, querer englobar tudo numa única votação, cinco emendas distintas, porque cada um trata de um assunto diferente, acho que não é coerente, não é isso que os paranaenses esperam de nós. Por exemplo, a emenda do Deputado Rossoni é válida, porque corrige uma injustiça aos nossos policiais da Polícia Militar do Paraná - inclusive está chegando aqui agora a banda de música e é possível que daqui a pouco a banda tenha até que tocar a marcha fúnebre, porque se não for aprovado, os policiais estão esperando aí que seja aprovada a emenda do Deputado Rossoni para melhorar o soldo deles, e tem a nossa emenda que estabelece que esse salário-mínimo está deste tamanho, está mais devagar que tartaruga, está muito pequeno. O que dá para um pai de família fazer recebendo o miserável salário-mínimo para sustentar a família durante o mês inteiro? E é bom lembrar que no restante do Brasil o salário-mínimo já está em vigor com reajuste, os trabalhadores já estão recebendo no Brasil inteiro o salário-mínimo reajustado. E aqui, se não for aprovada a nossa emenda, vai ser lamentável, porque o que nós pedimos da nossa emenda? É que esse salário-mínimo diferenciado aqui do Paraná entre em vigor com efeito retroativo desde o dia 1º de abril. É o mínimo que podemos fazer.

Então, nobre Presidente, faço um apelo, reconhecendo, e é bom que os telespectadores saibam que há muita boa vontade em cada um de nós que compomos a Bancada da Oposição, há uma grande vontade de fazermos a modificação em algumas leis através de algumas emendas visando melhorar, tirar um pouco do sufoco o nosso povo do Paraná, e daí termino conclamando: vamos votar separadamente, emenda por emenda, são cinco emendas, para que possamos então discutir uma a uma e cada Parlamentar, soberanamente, livremente, possa dizer se é favor ou contra a esse ou àquele benefício que cada emenda está estabelecendo para o servidor público, e de um modo geral para o nosso povo do Paraná. É o apelo de um Deputado da Oposição para que votemos emenda por emenda, separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Martins, por cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A respeito do requerimento, Srs. Presidente, o ideal seria votar emenda por emenda, explicando cada emenda.

Não somos contra o salário-mínimo regional, somos a favor.

Sabe o que acontece quando juntam todas as emendas? Lembrei de Maquiavel. O que ele diz, que quando você for fazer o mal faça de uma vez só.

Nós da Oposição queremos fazer o bem. Cada emenda é um bem. Pegamos o lado bom de Maquiavel. Creio que todos estão entendendo o nosso objetivo. Queremos que o salário regional não seja só para os trabalhadores das empresas privadas. Queremos que sejam também para os funcionários públicos. Não podemos transformar os trabalhadores da iniciativa privada em trabalhadores de 1ª Classe e os trabalhadores do setor público em 2ª Classe. Eles merecem o nosso respeito. E estamos demonstrando aqui o nosso respeito.

Quando se volta em bloco as emendas vamos praticar o mal de uma vez só.

Gostaria que todos refletissem a respeito dessas emendas. É muito importante para esse Parlamento. É preciso marcar uma posição. É preciso atitude. O povo brasileiro exige atitude de todos nós, homens públicos. Gostaríamos de ter aqui não só o voto do Deputado Mauro Moraes do PMDB. Gostaríamos de ter mais votos do PMDB velho de guerra, do PT dos trabalhadores, do PT das ruas, das grandes caminhadas.

É fácil falar! O difícil é você ir e ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o requerimento, Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes.

Falando aos meus amigos da POTRAPAR que aqui estão, infelizmente, esta Sessão tem a tendência de demorar, no mínimo, mais duas, três horas. Queremos acelerar o processo, Sr. Presidente, tirando um pouco da poesia dos meus amigos Belinati, Luiz Carlos Martins, evitando demagogia sem ofender ninguém, sendo bem pontual, não causal, aproveitando o espaço que a televisão tem nos dado. Tecnicamente, o projeto de lei que, na sequência, também será encaminhado, faz parte de um projeto maior que, neste requerimento, queremos evitar essa postergação, porque não só está muito claro que a análise que fizemos de todas as emendas, quando proposto este requerimento, seriam extremamente bem-vindas.

Não gostaria de colocar 19% para os policiais militares ou para os professores, gostaria de colocar 150% para evitar uma demagogia em cima de todos os Parlamentares que estão aqui. Uma demagogia que estamos coibindo, Sr. Presidente, dando todos os aumentos possíveis dentro da

linha que o Governo do Estado adotou, que fizemos acima de qualquer estado, em média 60% de aumento. Acredito que, independente de quem está nos assistindo pela televisão, de quem está do outro lado, na Secretaria de Administração, visualizando um aumento de 19% só na questão dos professores, que eu não queria 19, Deputado Romanelli, eu queria 150% de aumento. Vamos propor 150 para que a Constituição venha contra esta Casa e demonstre que não temos ingerência sobre o aumento dos funcionários públicos da maneira que está sendo feito, demagogicamente.

Este requerimento evita a postergação desta nossa Sessão que, assegurados os tempos dos requerimentos, cada Deputado teria cinco minutos, cinco da Oposição, cinco da Situação, e em cada requerimento, e mais cinco minutos em cada emenda. Somando tudo, Deputado Elio, teríamos três horas, três horas e meia de Sessão e não votaríamos o projeto, que o importante do que nós queremos é poder repassar ao trabalhador o que o Governo repassou. Há quatro anos e meio, o Governo isentou de ICMS as empresas. Noventa e seis por cento das empresas paranaenses não pagam ICMS, Deputada Beti, estão isentas, totalmente isentas. Três vírgula quatro por cento chegam a 3% e o restante das empresas, que fazem, o pacote da arrecadação geral do estado, isto é, 95% da arrecadação, são pertinentes a menos de 1.000 empresas no Paraná. Esse raciocínio que, com toda lógica, a Oposição defende.

Queremos evitar essa postergação e queremos votar para que, no dia 1º de maio, possamos juntos, a Oposição com a Situação, com os empresários, com mais de 100 sindicatos, que estavam na casa do Governador quando fomos discutir o aumento salarial, em que todos tiveram oportunidade de demonstrar quanto seria o limite que o próprio trabalhador aceitaria, mas também que o empresário poderia pagar. Não é uma matemática só do trabalhador, também está aqui a matemática dos empresários. Os empresários têm que fazer a conta, no final do mês, quanto vai de aumento salarial. Quiçá pudéssemos ter US\$ 500 como salário-base. Mas, o Brasil está tendo uma nuance diferente, já está chegando a US\$ 350, Sr. Presidente. Inimagináveis há 10 anos atrás, US\$ 350, Deputado Cheida, que nos trazem esperança.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente Nelson Justus, meus colegas Deputados, senhoras e senhores.

Na verdade pedi para usar o horário para encaminhar esta emenda porque vejo que reunimos, às vezes vetos, em votações onde são assuntos completamente diferentes. Acho que isso é ruim para a técnica legislativa. Vejo agora emendas com conteúdos completamente diferentes, uma trata de aumentos para professores, outra para policiais. Vou votar contra a união dessas emendas em uma só porque alguém pode querer votar a favor em uma e em outra votar contra. São assuntos completamente diferentes. Agora, no mérito delas, acho que são ruins e vou votar contra elas.

Mas, isso não justifica unirmos porque têm conteúdos completamente diferentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Iria encaminhar na votação das emendas. No entanto, a discussão está na questão de votar em conjunto ou não.

Srs. Deputados, emendas votadas em conjunto, sempre que tiverem o mesmo assunto ou o mesmo vício. Nós votamos na Comissão de Constituição e Justiça rejeitando as emendas. Portanto, elas já foram todas ditas que têm o mesmo vício de constitucionalidade. É inconstitucional, senhores. Estamos tratando de salário-mínimo de trabalhadores da iniciativa privada.

Vejo algumas emendas e lamento até que uma delas seja do Deputado Mauro Moraes, oferecendo aumento a policiais e educadores, professores, sobre o percentual dado para a iniciativa privada. Não é por aí. O Governo do Estado está preparando uma mensagem de aumento aos servidores públicos e eu não faço parte da estrutura do Poder. Mas sei, por informação, que a Polícia Militar deverá ter um aumento diferenciado. A Polícia Militar, do Cabo ao Sub-Tenente, que faz parte do quadro de não oficialato.

Agora, não dá para admitir que a Assembleia Legislativa fique discutindo em cima da Constituição, que diz no artigo 66, inciso I, que compete exclusivamente ao Poder Executivo a fixação do salário dos seus servidores. Além de cometer esse vício, estamos cometendo um outro de inconstitucionalidade. Estamos colocando o servidor público a ser tratado numa mensagem que está trabalhando sobre o salário-mínimo regional da iniciativa privada.

Vejam, Srs. Parlamentares, não se trata do trabalhador. Os sindicatos fortes têm o seu acordo coletivo de trabalho. Estamos falando do trabalhador da iniciativa privada descoberto de sindicatos. Temos que avaliar o outro lado, se pode ou não pode pagar. Não dá para misturar os assuntos.

Gostaria que entendêssemos isso. O Governo Federal deu 9,2% de aumento no salário-mínimo nacional. O Governo do Estado do Paraná está dando 15% de aumento. Mais do que o plano federal está dando. No ano passado havíamos dado mais, a ponto do estado do Paraná ter o maior salário-mínimo regional do país. Mas isso tem um limite, porque senão estabelecermos esse limite poderemos estar gerando dispensa de trabalhadores, de pequenos comércios, porque o pequeno comércio não pode pagar mais do que a sua possibilidade.

Gostaria que ficasse claro o porquê do requerimento de se votar em bloco, porque o argumento de todas as emendas é o mesmo, é o documento da inconstitucionalidade,

é ficarmos aqui duas horas discutindo uma emenda. Aí, entra outra emenda. Qual é o argumento de lá e o de cá? O mesmo, é inconstitucional.

Sugiro, Deputados Durval Amaral e Tadeu Veneri, que estamos em uma Comissão de mudança do Regimento Interno desta Casa, que uma matéria inconstitucional não tem nem que vir a Plenário. Podem vir aqui com o recurso do autor, para que o Plenário decida se discute ou não. Mas como que a Assembleia diz, na sua Comissão de Inconstitucionalidade, que a matéria é inconstitucional, e depois o Plenário vota a constitucionalidade dela? Acho que temos que votar em bloco, sim, essas mensagens. Sou contra a votação em bloco de assuntos diferentes. Mas essa tem um caso único, que é a inconstitucionalidade, que é o aumento da Polícia Militar e da Polícia Civil, 19% sobre o teto dado ao trabalhador da iniciativa privada, em mensagens que não podem ser juntas, votadas iguais. Um é o quadro do trabalhador, da iniciativa privada do Paraná. O outro é o quadro do servidor público do estado do Paraná, que teremos tempo para discutir. Quando vir para esta Casa, vamos discutir a questão do professor, do médico, do dentista, do agrônomo, do policial militar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem que encaminhar, ou favorável ou contra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero encaminhar pela abstenção. Acho que é um direito que me cabe.

(Assentimento)

Estava analisando os dois lados da moeda: de um lado a Oposição, louca para fazer uma confusão - a mídia, é claro, o aumento de 19%. Sensacional! De outro lado o Governo também fazendo mídia, porque o Governo dá o aumento para as empresas, manda-as pagar o aumento acima do salário-mínimo, mas não quer dar isso aos servidores do estado. Compreendo o que disse o Deputado Caíto Quintana, que não é hora agora de mexer no salário dos servidores, nesse projeto. Tem que mexer quando formos votar agora o aumento, que o Governo manda para esta Casa. Por isso vou me abster. Acho que a Oposição e o Governo não estão certos. O que cabe a mim, que não sou nem da Oposição e nem do Governo? Questionar, e no dia em que ele mandar aquele projeto para cá, pedindo para aumentar o salário dos servidores, que é quatro e pouco, um pouquinho mais, quando isso vir, vou brigar aqui para que se dê o mesmo aumento que a Oposição quer hoje e que chegue aos patamares dos servidores que merecem.

Querer colocar hoje, Deputado Antonio Belinati, com todo o respeito a V. Exa., retroativo, V. Exa., quando era Prefeito, fazia isso? Podia fazer? E se fosse Prefeito hoje, V. Exa. faria? Pode, na Lei de Responsabilidade Fiscal, fazer isso? Não sei se pode. Antigamente podia tudo. Hoje não se pode mais nada.

Pode se dar esse aumento hoje? Neste projeto entendo que não. Por isso vou me abster, não vou ficar com a demagogia de que tem que dar aumento de 19%, ainda mais que os policiais estão aqui. O Deputado Belinati falou que têm que tocar marcha fúnebre dos policiais. Realmente, os policiais - estou aqui com o salário dos policiais - precisam ganhar mais sim, precisam ganhar muito mais.

Agora, o aumento que deve ser dado aos servidores, deve ser encaminhado, Srs. Deputados, sabem quando? Quando vier o aumento dos servidores, aí vou encaminhar 19% - NÃO, 19 não, vou encaminhar o mesmo que o Requião quer dar, que os empresários paguem hoje, paguem para todos os demais trabalhadores - aí sim eu vou encaminhar favorável. Vou encaminhar favorável porque entendo que se o Governo quer dar lá, que o empresário pague para o povo que é justo, bom, legal, nota 10 para o Requião. Agora, que ele dê também para os servidores do estado. Mas não cabe neste projeto aqui. Neste projeto não cabe este aumento. Neste projeto que está aqui. Então, é mídia, é só mídia. Por isso que eu vou me abster, porque não acho justo neste momento. O pensamento é meu, respeito os que querem votar contrário, mas este projeto não é para emenda de 19%, mais outra emenda de 19%. Este projeto é específico.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. tinha razão. A Assembléia não podia estar discutindo isto agora. Isto está errado! Discutir algo que não é real. Temos que discutir o aumento e eu vou discutir, Deputado Rossoni, o aumento para os servidores, quando vier o aumento dos servidores. Vou brigar junto com quem quiser para que o Governo dê o mesmo aumento que está dando hoje, quer dar, que os empresários paguem, para os demais funcionários do estado do Paraná, não funcionários, para quem trabalha em qualquer lugar do estado do Paraná, para o geral dos trabalhadores.

Por isso eu me abstenho. Não vou nem na demagogia da Oposição e nem da Situação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. marcou para as 18h30 uma Sessão Solene. Jamais temos o objetivo aqui de fazer com que os homenageados tenham que esperar aqui este debate. Mas o debate está indo para um campo quase pessoal. Quando afirmam a questão de demagogia, teríamos que dar continuidade a este debate, até para mostrarmos aqui que não é uma questão de começarmos a atribuir e imputar a alguém que tenha uma emenda. É um direito do Deputado Mauro Moraes de apresentar emenda, ele é Parlamentar. Se é constitucional, se não é constitucional, isto podemos discutir. O que eu vejo no encaminhamento é uma forma agressiva, intempestiva e desnecessária.

Quero colocar para V. Exa. o seguinte, até para contribuir: não poderíamos, Sr. Presidente, senão vamos ter que abrir mão de todo o debate, porque não têm culpa os homenageados e convidados, porque esta Sessão se

prolongaria até às 22h, porque temos muito que debater sobre questões salariais no estado - questão salarial do servidor público, da iniciativa privada, tudo está aqui na pauta. O que não for constitucional, também podemos discutir no mérito, porque é uma questão social.

Agora, Sr. Presidente, qual a saída? Os nossos convidados vão ficar esperando? Eu não quero que isto aconteça.

Tenho uma proposta para V. Exa. e quero encontrar uma solução: poderíamos transferir esse debate para o plenarinho, não sei se pode ser ou não pode ser - ou senão nós aqui baixarmos a guarda, deixarmos o Governo passar por cima de nós como um rolo compressor e não podemos, Sr. Presidente, discutir o mérito das nossas emendas.

Então, estou aqui perdido entre a responsabilidade de não fazer com que as pessoas convidadas aguardem, mas também com a responsabilidade de deixar aqui que uma única verdade se torne - a verdade do Governo, eu tenho que me submeter - e eu discordo frontalmente sobre o encaminhamento de alguns Parlamentares. Gostaria de ter a oportunidade, na hora de encaminhar as emendas, de falar sobre isso.

Então, não sei o que fazer. Vou me submeter à vontade de V. Exa., não sei se é o posicionamento dos Líderes, mas gostaria que este debate não fosse prejudicado, mas me coloco à disposição de V. Exa., que V. Exa. decida o que é melhor para esta Casa. Infelizmente a Sessão Solene de hoje foi marcada para um momento inoportuno, porque estamos numa Sessão importantíssima e o horário já está se esgotando.

Me coloco, Sr. Presidente, com a maior boa vontade. Decida, Presidente. O que V. Exa. decidir eu respeitarei, mas não gostaria que esse trator passasse por cima do nosso objetivo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, em nome do bom senso e em consideração às centenas de pessoas que estão aqui, muitas delas deixando suas famílias, seus afazeres, a minha sugestão é que esta discussão que estamos tendo aqui, até devido a sua importância e até para que os Deputados possam se embasar ainda mais sobre esse assunto, seja adiada por uma Sessão. Quem esperou até agora para ter essa decisão pode esperar mais uma Sessão, isso não vai fazer diferença, na prática, em relação a esse tema.

Essa é a minha sugestão a V. Exa. em nome do bom senso e da consideração às pessoas que estão aqui hoje.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, entendo que são muitos os convidados e as pessoas que neste momento, às 18h30, devem receber a honraria dessa homenagem da Sessão Solene e entendo que o bom senso, havendo a concordância de V. Exa. e das Lideranças da Oposição e do Governo, poderíamos adiar essa discussão, esse debate e a votação

para a próxima segunda-feira, para que possamos prosseguir com a Sessão Solene às 18h30.

Esta é a nossa sugestão à Liderança do Governo, da Oposição e a V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, ouvi os pronunciamentos, tanto do Deputado Rossoni como do Deputado Ney Leprevost e essa sugestão feita pelo Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral. Entendo, até como proponente que fui dessa homenagem que historicamente é realizada aqui na Assembléia Legislativa, nessa data, que é importantíssimo que nós possamos, de fato, cumprir o horário, porque há mais de três meses essa solenidade já está marcada, já está agendada.

Então, em função dessa compreensão, Sr. Presidente, entendo que não há nenhum prejuízo ao processo legislativo, porque o prazo para o Governador fazer ascensão à lei que reajusta o piso salarial no Paraná será feito ainda antes do dia 1º de maio, é possível sim transferir essa votação para a próxima, em função, claro, de uma decisão que V. Exa. possa ter.

Então, o meu apelo é para que possamos de fato fazer essa discussão na segunda-feira e também a votação com o compromisso desta Casa de votar, de fato, na segunda-feira, para que na terça-feira o Governador Requião possa estar sancionado a lei que cria o novo piso salarial de R\$ 548 no estado do Paraná.

Então, a decisão está nas suas mãos, Presidente. Peço o adiamento dessa votação para a próxima segunda-feira, para respeitar essas pessoas que aqui vieram de todos os lugares e que essa solenidade já está marcada há mais de 90 dias, por deliberação da Mesa que V. Exa. preside. Também aqui agradeço a compreensão dos demais Parlamentares, de outras lideranças e dessa sugestão feita pelo Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Valdir Rossoni, gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Apenas concordo com o posicionamento. Se V. Exa. assim decidir, adiamos para segunda-feira e continuamos o debate sobre essa questão salarial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, tem que ser toda a Ordem do Dia. Transfere a Ordem do Dia dessa quarta-feira para essa segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, fica com sua discussão encerrada.

Claro, antes de mais nada quero dar uma explicação aos Deputados e aos visitantes aqui hoje, esta Sessão Solene já está marcada para esta data, com os convites impressos e enviados há mais de 30 dias. Portanto, não poderíamos prever que exatamente na Sessão de hoje fôssemos votar algo tão importante, que levaria esta Sessão até altas horas como imaginamos.

Quero neste momento em que agradeço especialmente as lideranças dos partidos, o Deputado Ney Leprevost, o Deputado Rossoni, mas antes de mais nada gostaria de pedir para salvaguardar o próprio Regimento Interno e a Mesa, que esta presidência recebesse esse pedido de transferência da votação para a próxima segunda-feira - até porque a Sessão de amanhã é Solene - receber por escrito dos Líderes dos Partidos. Já mandei providenciar o requerimento para que V. Exas. assinem.

Portanto, agradeço a compreensão de V. Exas. em nome dos convidados da Sessão Solene e em nome do equilíbrio e do bom senso que sempre gerou nesta Casa.

Em votação, portanto, o Requerimento nº 841, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli - Líder do Governo e Valdir Rossoni - Líder da Oposição, constante do expediente, solicitando o adiamento das votações constantes na Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada por 01 (uma) Sessão as votações constantes na Ordem do Dia.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 795 e 804, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 796 e 797, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 798 e 840, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 801, 803, 805 e 806, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 802, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimentos nºs 809, 811 e 812, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 813 a 817, 819, 828 a 836 e 839, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 818, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 820, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Professor Luizão, Reni Pereira e demais Deputados, constantes do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimento nº 824, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 825, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimento nº 838, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **À Mesa Executiva.**

Requerimento nº 827, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene concedendo o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Vanderlei Cordeiro Lima, a realizar-se quinta-feira, dia 24, às 10 h, no plenário.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 834/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nºs 158, 760/07; 079, 106 e 111/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO Nº 827/07, DO SR. DEPUTADO EDGAR BUENO, EM 23/04/08.

Perfil de Fernando Lugo

Quem é Fernando Lugo? Um perfil do novo Presidente paraguaio.

O perfil do novo Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, é descrito pelo blog SopaBrasiguiaia.com, 21/04/05, especializado no acompanhamento da conjuntura do Paraguai.

Eis o perfil.

Nascido em 30 de maio de 1951, no município de San Pedro del Paraná, departamento (estado) de Itapúa,

Fernando Armino Lugo Méndez é filho de Guillermo Lugo e Maximina Mendez Fleitas, colorados perseguidos pelo aparato repressor montado pelo ditador Alfredo Stroessner. (1954/1989).

Aos 19 anos de idade, o hoje Presidente do Paraguai ingressou na corporação dos Missionários do Verbo Divino, abraçando a carreira clerical em 1975. Neste intervalo, formou-se em Teologia pela Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción. Sua ordenação como Sacerdote veio em 1977, sendo enviado ao Equador e tomando contato com a Teologia da Libertação pregada pelo Monsenhor Leonidas Proaño e pelo brasileiro Leonardo Boff. Na década de 1980, voltou ao Paraguai e, posteriormente, seguiu para o Vaticano para aprimorar seus estudos.

Ordenado Bispo em 1994, Lugo foi membro da Comissão Doutrinal da Conferência Episcopal Paraguai e da equipe de Reflexão Teológica do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), desenvolvendo trabalhos voltados às camadas marginalizadas da população e reprimidas pelo estado paraguaio. Bispo Emérito de San Pedro, um dos departamentos (estados) mais pobres do Paraguai, Lugo emergiu na política durante o Governo de Nicanor Duarte Frutos (2003/2008), à frente do movimento Resistência Cidadã, cujos protestos multitudinários projetaram sua figura a nível nacional.

Em dezembro de 2006, atendendo à pressão popular e dizendo-se desencantado com a política social da Igreja, Lugo renunciou ao status de Bispo e lançou-se à arena política, encabeçando um projeto de aliança que englobava, à época, todos os partidos de Oposição. Eleito Presidente do Paraguai em 20/04/08, à frente da Aliança Patriótica para a Mudança, o ex-Bispo católico assumirá o mandato, cuja duração é de cinco anos, no dia 15 de agosto. Seu Vice-Presidente é o ex-Governador do departamento (estado) Central, Federico Franco.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 403/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2205, datado de 26/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a OLGA POPOVITCH, matrícula nº 319, portadora do RG 637.177-9/PR e do CPF 109.837.679-04, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe, lotada no Gabinete da Procuradoria, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º,

inciso III, da Carta Magna Federal, bem como do artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição Estadual do Paraná, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, calculados conforme a Resolução nº 007/04, autorizada pela Lei nº 13950/02, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 051/90, mais 35% (trinta e cinco por cento) de adicionais por tempo de serviço, referentes a 07 (sete) quinquênios, à razão de 0,5% (cinco por cento) a cada 05 (cinco) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º da supracitada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de folha 17 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 404/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2750, datado de 09/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SIMONE KARNOPP NABOSNE, matrícula nº 40855, portadora do RG 8.064.364-0/PR e do CPF 736.240.209-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/11/87, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada na Biblioteca, nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 405/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2514, datado de 03/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a EDIR SACCOMORI, matrícula nº 40428, portadora do RG 1.844.867-0/PR e do CPF 246.101.350-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 30/04/84, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70, licença especial de

03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 406/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2562, datado de 04/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a LYLIAN BETTY TAMPLIN VARGAS, portadora do RG 333.161/PR e do CPF 393.601.139-72, viúva do ex-Deputado Estadual Odilon Túlio Vargas, falecido em 27/03/08, pensão mensal nos termos da Lei nº 4763/63, com valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13426/02 e nos termos do artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 073/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2890, datado de 14/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná o funcionário deste Poder Legislativo, JOSÉ CORREIA, matrícula nº 40445, para prestar serviços junto à Casa Civil, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 075/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Fevereiro/08

11 MARIA DE LOURDES G. M. MAGALHÃES
 109 JOSÉ MARIA DE PAULA
 333 DANILO CERQUEIRA LEITE JÚNIOR
 377 MARCO AURÉLIO SALDANHA ROCHA
 476 JOÃO ALBERTI ANDRETTA
 510 LINDAMIR EDIL CARAN
 613 RAQUEL TOURNIER TASSI
 616 TEREZA CRISTINA CONTI QUEIROZ CAMPELO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 076/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Fevereiro/08

40003 WILFRIED KOESTER
 40020 ALFREDO MARON
 40041 ALEXANDRA MARIA MIHOCKIY
 40046 ROSA MEIRE TEIXEIRA CESARIO PEREIRA
 40059 HESTEVARD MARTIN
 40064 CARLA APARECIDA BUENO
 40079 JEFFERSON ABADÉ
 40095 CLAUDIO BONAMIN
 40103 IGO IWANT LOSSO
 40178 ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO
 40179 VALDIR MASAMI UEDA
 40183 SOLANGE MARIA MARIOTTI
 40192 JOELCIO FRANCISCO ALVES
 40212 CARLOS ALBERTO MAINGUE
 40232 PEDRO MARTINS
 40233 JACKSON MIGUEL BADUY
 40238 MARIA VERACI SKOLIMOSKI
 40241 MARLI DE BASTOS STALCHMIDT
 40271 DORIVAL CAETANI
 40285 VALDIR CAMARGO ISMAEL
 40289 MARIA DE FATIMA DA SILVA
 40319 ANGELO DRESSENO FILHO
 40326 JESILDA DE OLIVEIRA E SILVA
 40340 DIRCE OLIVEIRA DOS SANTOS
 40344 LAUDELINA DOS SANTOS
 40360 JOSELIA DA SILVA
 40391 DORALICE POTIER
 40394 ROSANGELA ALVES CARDOSO
 40420 SANDRA REGINA BARROS RIBEIRO
 40428 EDIR SACCOMORI
 40434 MARIA DE FATIMA PEREIRA
 40447 ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER
 40478 SIMONE CARON

40521 LUSMARI TERESINHA MACHADO
 40540 CLEIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI
 40600 CIRLETE CARVALHO RIBEIRO
 40616 JOÃO CARLOS DOMINCHESKI RAMOS
 40632 MAURICIO OSTROWSKI
 40663 ZAUMIR NEVES TEIXEIRA
 40680 ZEDINIR RODRIGUES YOCOTA
 40690 MARIO JOSE RAUEN DE BACELLAR FILHO
 40723 JOSE CARLOS AGUIAR
 40797 NIVALDO FOGANHOLI
 40814 SIDNEY CAMACHO CALERO
 40841 JUZELE CASSIA BITTENCOURT
 40880 MARIA JOSE MEIRE DA COSTA
 40893 PEDRO IVO GONÇALVES
 40895 ANA LUCIA DE LARA COSTA
 40921 MAURO SOARES DOS SANTOS
 41006 EVERTON CESAR DE OLIVEIRA
 41010 MARCIA BORIO WOJTUNIK
 41060 MARCOS ANTONIO NOGOSEK
 41141 LUCIANO LACERDA NETO

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 077/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Março/08

100 VANDERLEI NORBERTO REBELO
 185 REGINA TRINKEL ARAUJO
 319 OLGA POPOVITCH
 606 MARIA ELISA REBELLO
 611 IZABEL CONCEIÇÃO S. DE OLIVEIRA CRISTO
 612 PATRICIA DORNELES DANTAS

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/03/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 078/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Março/08

40083 PAULO EMILIO PERDIGÃO
 40189 OZEAS SILVA FELINTO
 40198 MURILO SERGIO JOAQUIM

✓ / ✎ = ✎ ✓ = ✎ ✕ ☁ ☙ ☘ ▼ ▣ ▣ ☼ ▲ + ◆ ▼ ☘ ○ ☼ ✧ ▣ ▣ ▲ = ☼ ▣ ▲ ☘ ☘ ▣ ☘ ☆ ○ ☘ ▣ ☘ ●